

# Diário do Legislativo de 13/03/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 134ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reunião Extraordinária

1.3 - 216ª Reunião Ordinária Interrompida

1.4 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 134ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 7/3/2001

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discursos dos Deputados Rêmolo Aloise, Hely Tarquínio e Adelmo Carneiro Leão - Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto.

### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, solicito a suspensão da reunião para entendimentos sobre a matéria em discussão.

### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Com a palavra, para discutir o Projeto de Lei nº 1.271/2000, o Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ao reiniciar os trabalhos desta Casa, não poderia deixar de vir a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos. Peço aos nobres colegas que entendam o início das minhas palavras. Cumprimento a Mesa e o Sr. Presidente, pela maneira como a vem conduzindo. Esta Mesa, com a Presidência do Deputado Antônio Júlio, terá a máxima honradez na defesa dos direitos desta Casa. Num primeiro momento, entendo que, quando esta Casa procura ser coerente com o Poder Executivo, o faz de maneira clara e transparente.

O assunto que me traz a esta tribuna é que, em novembro, o Governo mandou para esta Casa um projeto de lei de extinção do Fundo SOMMA. Paralelamente, em abril do ano passado, criamos uma CPI para analisar os convênios realizados entre o BDMG e os municípios contratados. Após intenso trabalho dessa CPI, concluíram que deveria ser extinta. Ontem, por meio de entendimento com o Colégio de Líderes, concluiu-se que a CPI deveria continuar por mais dois meses. Acho que agiram de maneira coerente e correta.

Durante estes 11 anos em que estive nesta Casa, pela primeira vez na história deste parlamento, num biênio anterior, houve mais de nove CPIs. Esta Casa procurou trabalhar para esclarecer à opinião pública o que foi denunciado. Na CPI de que participamos, eu e os outros Deputados, também necessitávamos esclarecer como esses contratos foram realizados. Temos absoluta certeza de que essa prorrogação nos dará condição de, em 60 dias, concluir o relatório final e mostrar o que nos foi cobrado.

Gostaria também de dizer que a extinção do Fundo SOMMA já teve dois pareceres: um da Comissão de Justiça, cujo relator é o nobre Deputado Paulo Piau. Esclarece perfeitamente que, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, já não é possível continuar como era e apresenta um substitutivo que, com muita clareza, dá a esta Casa uma direção dos R\$100.000.000,00 que se propõe transferir para o BDMG. A partir da aprovação, passa a ser o gestor direto das ações do Fundo SOMMA, que, em 90%, trata do saneamento dos municípios do Estado.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária propôs um substitutivo que deixa clara, em mais de 90%, a proposta elaborada pelo substitutivo da Comissão de Justiça. É bom que os Deputados saibam que foram realizados quase 350 convênios por meio do Fundo SOMMA, com 140 cidades.

Dos 135 municípios, vou citar alguns que considero de fundamental importância. Para V. Exas., terem uma idéia, Ipatinga firmou 15 convênios com o Fundo SOMMA. Isso dá um valor aproximado de R\$30.000.000,00. E os objetos desses convênios são variados. Por exemplo, levantamento aerofotogramétrico, Ipatinga gastou R\$1.000.000,00; com pavimentação e drenagem, R\$2.000.000,00. Um fato novo que os Deputados precisam saber é que o Fundo SOMMA financiou a construção de 300 casas populares em Ipatinga. Pela extensão desse projeto, Ipatinga soube administrar com a competente pessoa do Deputado Chico Ferramenta, do PT. Pavimentação e drenagem: construção de mais 300 casas pelo Fundo SOMMA, perfazendo um total de 600 casas. Utilização do ribeirão Ipanema, levantamento aerofotogramétrico novamente. Ipatinga gastou R\$1.200.000,00 tirando fotografias para fazer um levantamento de toda a cidade e R\$300.000,00 para informatizar o município. E por aí vai. Várias outras obras foram executadas não só em Ipatinga, mas em Juiz de Fora, em Betim, etc.

Este Deputado vem hoje a esta tribuna para ser claro e dizer que não há como não transferir o dinheiro do Fundo para o BDMG. Mas acho que devemos ter uma grande preocupação com a transferência, a fim de estabelecermos o objeto de que o BDMG vai ser o gestor.

Acho de fundamental importância que esta Casa, ao votar a extinção do Projeto SOMMA, tenha o cuidado para que o carimbo do objeto não seja desviado, porque o programa é muito extenso. Como Deputado e como Presidente da CPI, entendo que 90% de todos os convênios têm irregularidades, não existe quem se responsabilize pela fiscalização do convênio assinado. A CPI teve uma grande dificuldade porque não encontrou um responsável para a fiscalização desses convênios.

O BDMG entendeu que com o acordo feito com o BIRD não cabia a ele a fiscalização desse projeto. Foi muito difícil chegar a uma conclusão do uso desse dinheiro.

E, uma vez que a Assembléia está votando a extinção do Fundo SOMMA, este é o momento oportuno para que, por meio de substitutivos e de emendas, possamos direcionar esses R\$100.000.000,00 - quantia, aliás, que não é mais essa; eram R\$100.000.000,00 em dezembro, mas já estamos em março. Entendo que aquilo que foi ressarcido das prestações efetuadas desde 1995 pode estar em um valor muito maior do que este agora apresentado.

Por essas razões e por ser o Presidente da Comissão do SOMMA, que foi discutida recentemente, foi que me vi na obrigação de aqui estar presente, somando aos Deputados, para que possamos fazer um profundo trabalho e entregar ao Governo um projeto aprovado que, de fato, possa dar prosseguimento ao que é mais importante, que é o saneamento dos

nostros municípios.

Gostaria também de fazer um alerta ao Líder do Governo, meu querido amigo Deputado Antônio Andrade. Lembro-me muito bem, Deputado, de que fui convidado pelo nosso Vice-Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, para assumir a Vice-Liderança do Governo nos inícios dos nossos trabalhos. E esta Casa nunca se deu tanto ao Governo como fez naquele primeiro ano de trabalho. No somatório do que aqui foi feito naquele ano, o Governo Itamar Franco teve em mãos mais de três orçamentos mensais dados por esta Casa, e entendo muito bem que havia um compromisso do Deputado Anderson Aduato, ex-Presidente, do Deputado Alberto Pinto Coelho e deste Deputado, de que, pelo menos, seríamos respeitados em nossas bases políticas em apoio ao Governo. Vejo aqui, Deputado Antônio Andrade, sua boa-vontade em ajudar o Estado, mas não podemos esquecer que, como tenho lido nos jornais, o Governo pretende liberar emendas orçamentárias que praticamos no orçamento do ano que findou. E gostaria que isso fosse verdade, porque nós - eu, Alberto e Anderson - ficamos em uma situação de dificuldade, uma vez que nos comprometemos com nossos colegas de que nossas bases eleitorais seriam respeitadas. E, para dar um exemplo, Deputado Antônio Andrade, este Deputado, Vice-Líder de Governo - com todo o respeito ao meu partido, o PFL, que estava na Oposição -, nem sequer foi ouvido quando da nomeação da Secretária de Educação de minha terra, onde há uma delegacia de ensino. Então, pergunto qual é a representação que temos aqui ou que precisamos ter, para responder ao eleitor, quando nos pergunta: "Afinal de contas, Deputado Rêmoló Aloise, o que V. Exa. está fazendo ou pretende fazer naquela Casa e o que esperamos de sua representação nos municípios em que V. Exa. foi majoritário?"

Caro Deputado Antônio Andrade, sua missão é árdua, mas já o conhecemos há alguns anos: V. Exa. é muito competente; é como aquele que consegue o equilíbrio quando tudo está desequilibrado. Desejo que, na missão que lhe foi dada, possamos caminhar juntos, você com seus Vice-Líderes, com o Deputado João Pinto Ribeiro, um Deputado de muitos mandatos, e com os outros que estão a seu lado, fortalecendo nossas ações, fazendo uma parceria saudável e discutindo democraticamente, mas sem nunca agacharmos nem nos ajoelharmos diante da posição de nosso Poder. Acho que temos um resgate a fazer e entendo que sua pessoa, como Líder do Governo nesta Casa o fará de maneira clara e transparente, para que possamos ter uma realidade concreta e para que as esperanças que estão sendo plantadas possam germinar fundadas num critério de igualdade e de respeito a nós, que aqui estamos representando o povo de Minas Gerais.

O Deputado João Paulo (em aparte)\* - Nobre Deputado Rêmoló Aloise, V. Exa. traz ao debate, nesta manhã, dois temas correlatos. Um, que é a extinção do Fundo SOMMA, e outro, que é precisamente a CPI do Fundo SOMMA.

Nesse aspecto, na condição de relator do Fundo SOMMA, gostaria de apartear V. Exa. Durante a minha vida pública, jamais vi um festival de denúncias tão grande. Estou perplexo com a situação. V. Exa. já dissera que cerca de 90% dos contratos e dos convênios ou dos recursos do Fundo SOMMA estão a espelhar irregularidades.

Gostaria de dizer que não é do meu perfil esse denunciamento. A Casa já me conhece bem, não sou de sair por aí com o dedo em riste, apontando defeitos, erros e tropeços em quem quer que seja. Isso não condiz com a minha personalidade e com o meu perfil; contudo não posso me furtar ao dever que esta Casa colocou sobre os meus ombros de fazer esse relatório. Gostaria de dizer a V. Exa. e aos demais pares que vou cumprir essa missão adequadamente. Quero colocar no papel tudo aquilo que - ainda que não seja comprovado - seja dito. Homens públicos vêm a CPI e dizem categoricamente que há irregularidades, e temos fatos acima de questionamentos e de meras denúncias que nos podem servir de indícios. A CPI deve concluir o seu trabalho. Mais do que antes me empenharei nesse sentido, porque a CPI foi colocada na berlinda, e houve a decisão, ainda que provisória, de extinguir os seus trabalhos. Mas, ontem, na reunião do Colegiado de Líderes, ela foi resgatada. Tenho a certeza que contarei com o apoio de todos para terminarmos esse trabalho e dar à sociedade o resultado daquilo que foi definitivamente apurado, remetendo cópia às autoridades, ao Ministério Público e ao BDMG.

Deputado Rêmoló Aloise, essas verbas que entraram para as Prefeituras nas malhas desses convênios com o BDMG, foram à margem do orçamento, como deveria ser. Por não se tratar de verbas orçamentadas, ficaram sem vigilância, e as Câmaras Municipais sem instrumentos para isso, não puderam fazer essa fiscalização de maneira adequada. O BDMG também não tinha estrutura para isso, uma vez que esses recursos são devolvidos ao Banco. Como são recursos repostos pelo município, ficou uma verba perdida, sem fiscalização adequada. Cabe-nos apurar tudo isso e oferecer resposta à sociedade. Agradeço o aparte, Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte)\* - Deputado, quero agradecer as suas palavras de elogio a minha pessoa e reconhecer a sua preocupação em relação aos atos do Governo.

O Governador deixou bem claro o grande respeito que tem pelo parlamento. Atuou 16 anos como Senador e sabe a importância que tem, no regime democrático, o fortalecimento do parlamento seja municipal, estadual ou federal.

Acho que esta Casa cresceu muito nos dois últimos anos. Tivemos talvez um excesso de CPIs em curso, e esta Casa começou a desempenhar também o seu papel de fiscalizar os atos do Executivo, além de legislar. Seis CPIs funcionando ao mesmo tempo geram o que aconteceu com a CPI do SOMMA, porque às vezes o Deputado precisava estar em mais de uma reunião ao mesmo tempo além de ter de cumprir as obrigações do Plenário e de outras comissões, sem poder dar a assistência necessária para que a CPI do Fundo SOMMA se encerrasse no prazo que a Presidência dessa CPI desejava.

V. Exa. era Vice-Líder de Governo, juntamente com o Deputado Alberto Pinto Coelho, que teve um grande papel nesta Casa e que deu uma grande contribuição ao Executivo também em termos financeiros. E o Governo reconhece isso. Hoje, espelhados naquele trabalho feito por V. Exa. e o Deputado Alberto Pinto Coelho de uma aproximação cada vez maior, do parlamento não só com o Governador, mas, também, com todo o seu secretariado, procuramos retomar esse espírito, para tentar, com a colaboração do próprio ex-Líder de Governo, hoje Vice-presidente da Assembléia, esse encontro dos Deputados com o secretariado, para evitar que ações isoladas continuem a acontecer, como V. Exa. acaba de anunciar.

Como Deputado, sei o quanto é preciosa para nós a nossa base. Se querem ferir um Deputado, é só mexer com a sua base, principalmente a sua cidade natal. É imperdoável que ele seja atropelado em sua cidade. Deputado algum perdoa quando alguém o atropela em sua base.

Queremos fazer esse trabalho através de reuniões com o secretariado. Muitos secretários são bem-intencionados e têm procurado desenvolver todo o trabalho técnico do Governo, mas, às vezes, um pouco distanciados das ações políticas dos Deputados e, até mesmo, do próprio Governo. É para esse trabalho que pedimos a compreensão e a colaboração de todos os Deputados desta Casa, a fim de que cheguemos a bom termo até o final desta legislatura.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Agradeço o aparte do relator da CPI do Fundo SOMMA, Deputado João Paulo, e também o do Deputado Antônio Andrade, e, nobre líder do Governo. Entendo perfeitamente suas posições. Mas acho que é meu dever nesta Casa não deixar que as coisas aconteçam como no passado. Conheço a posição curricular do nobre Governador Itamar Franco: Prefeito, Senador, Presidente da República, Governador de Estado. Está superpreparado, tanto é verdade que está deixando o Governo, segundo notas dos jornais, em abril do próximo ano.

Tudo que você disse é a pura realidade, mas não podemos nos esquecer de que há o compromisso assumido por ocasião da votação do orçamento, que são as emendas colocadas pelos parlamentares. O que é tratado e cumprido não é caro. O que este Deputado vai defender nesta tribuna são compromissos políticos assumidos, porque, se não forem cumpridos, entenderei que faz parte do processo democrático. Ninguém é obrigado a cumprir, mas, uma vez combinado, o mínimo que se pode fazer, se não for cumprir, é avisar que não dá para cumprir. Isso faz parte da democracia. Estou aqui há 11 anos e já passei por toda essa trajetória.

Iniciando-se os trabalhos, desejo sorte a você, Líder do Governo, e à Mesa da Assembléia, que hoje está muito bem representada, não desfazendo das que aqui passaram. Esta Casa precisa ter uma posição firme e coerente de apoio ao Estado, ao Executivo e a todos, sim.

Mas também que ela possa ser, no mínimo, respeitada no princípio básico da sua representação popular, porque, até agora, este Deputado não vê com bons olhos o respeito que esta Casa teve dos Poderes e dos secretariados. Vou lhe dizer e peço que você tome uma providência: os Secretários de Estado começaram a fazer campanha política para Deputado Estadual e Federal. Um deles está desrespeitando as minhas bases eleitorais. Isso não pode acontecer. Ele tem que ter o mínimo respeito e não usar o dinheiro público para assinar convênios como ele assinou em uma das cidades em que fui majoritário, sendo que nem sequer me comunicou. Não se admite que isso aconteça. Nobre Deputado Antônio Andrade, as minhas palavras não são de ofensa, elas respeitam a verdade do que estou dizendo.

Entregarei a V. Exa. um convênio de R\$100.000,00 assinado pela Secretaria de Obras para consertar uns buracos de 6km de terra em uma cidade que esse Secretário que entrar para ser o Deputado indicado pelo Prefeito nas eleições que vêm. Isso é desrespeito, e não podemos admiti-lo. Ser candidato é um direito de todos, e a melhor oportunidade é essa.

Eleições existem de dois em dois anos, mas quando falta o respeito falta tudo. Se não formos respeitados, teremos que tomar uma outra conduta. Cabe a cada um decidir. Agradeço aos Deputados por terem me dado espaço para usar esta tribuna. Sou parceiro, sim, sempre fui. Espero que esta Casa comece bem e que possamos representar, de fato, aquilo que temos e que foi outorgado pelo povo mineiro. Obrigado, Sr. Presidente, por ter me concedido mais alguns segundos.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Para discutir, com a palavra o Deputado Márcio Kangussu. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, para discutir. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio, para discutir.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, resolvemos usar a palavra exatamente para fazer também uma análise e dar a posição do PSDB com relação ao projeto SOMMA. A CPI do Fundo SOMMA foi instituída pela base governista desta Casa exatamente junto com outras CPIs no intuito de fiscalizar, a "posteriori", os atos do Governo Eduardo Azeredo. A Oposição, no meu entender, em todas as épocas, em todos os mandatos, é Governo também. Ela faz parte simetricamente do Governo e aos atendimentos normais do Governo. A Oposição exerce um papel fiscalizador com mais atenção; em papel de sentinela.

Explodiram, mais ou menos, sete CPIs, logo que o Governador Itamar Franco tomou posse, com esse espírito de buscar o confronto com o Palácio do Planalto, com seu projeto político, que está em andamento hoje, muito mais que antes, como disse aqui o Deputado Rêmoló Aloise. Ele já está anunciando que será candidato a Presidente da República e que vai deixar o Governo em abril. Tudo o que aconteceu nesta Casa em relação à CPI faz parte de um projeto político do Governador. O Governador não estava tão preocupado assim em fiscalizar o Fundo SOMMA. Isso faz parte de um projeto contra o PSDB em Minas, com repercussão no Planalto. Então, discutindo esse projeto do SOMMA, acho um contrassenso encerrar a CPI rapidamente como foi proposto. Queria até homenagear o Colégio de Líderes, que, fazendo uma avaliação, optou por prorrogar a CPI do Fundo SOMMA para que possamos conhecer toda a sua realidade, para quem foi emprestado dinheiro, etc. Foi dito aqui que existem muitas irregularidades. Nós, da Oposição, queremos exercer um papel fiscalizador consistente, vamos votar contra o encerramento do Fundo SOMMA agora, passando-o para o BDMG. Dizem que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Isso é primário. Em primeiro lugar, temos de conhecer o Fundo, pois grande parte do dinheiro foi emprestado por órgãos internacionais, BID, BIRD, a outra parte foi contrapartida do Estado. Como vamos encerrar isso rapidamente ou dizer que podemos encerrá-lo e continuar a CPI? Isso é incoerência. Nós, do PSDB, queremos marcar posição: votaremos contra o encerramento do Fundo SOMMA. Julgamos que temos a obrigação de conhecer todos os detalhes dos empréstimos, de todos os convênios, de investimento, principalmente para o saneamento básico, finalidade desse Fundo, nas diversas cidades do interior. Ele é muito importante, mesmo porque saneamento básico é medicina preventiva, vai ao encontro do cuidado com a vida. Não é por um toque de mágica que o Governo chega a esta Casa e acha que, no sistema presidencialista, este parlamento vai continuar submisso ao Executivo.

Gostaria, então, de alertar aos nobres pares que política deve ser entendida, no caso do Governo, como uma independência harmônica dos Poderes, convergindo, melhorando, administrando as nossas carências por meio de projetos que vão ao encontro de nossas necessidades. Não é por aí. O Governo manda o projeto aos seus Líderes solicitando-lhes que façam um trabalho para que se encerre o SOMMA imediatamente. Fica, aqui, marcada a posição do PSDB. Mas tomei a liberdade de vir dizer que vamos votar contra e obstruir até que seja feito o relatório final da CPI do Fundo SOMMA, para depois encerrá-la, destinando o dinheiro para quem de direito.

Concedo aparte ao Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)\* - Deputado Hely Tarquínio, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e vejo que V. Exa. está espelhando o que pensa. Não é somente um pensamento do PSDB desta Casa. Acho que esse deveria ser o pensamento de todos os parlamentares, porque trata-se de um enorme volume de recursos aplicados no nosso Estado, num contrato internacional com o Banco Mundial, e, evidentemente, esse Banco vai avaliar se esses recursos provenientes do convênio foram bem aplicados. Até mesmo a contrapartida, que é cobrada dentro daquilo que foi acertado previamente.

Aproveito a oportunidade para lembrar-lhe que tivemos aqui, num passado muito recente, um empréstimo volumoso, num projeto chamado (...), voltado para cidades intermediárias, que liberou verba para sete cidades-pólos em Minas Gerais, destinada ao desenvolvimento de infra-estrutura e saneamento básico. Teófilo Otôni, que é a minha cidade, foi uma delas. Os recursos foram para lá, como para Governador Valadares, Patos de Minas, que realizou muitas e muitas obras com esses recursos, e, no entanto, a destinação das obras causa espanto a cada um de nós, que as conhece de perto. Na minha região temos, por exemplo, a construção de pequenas indústrias, em galpões, para aproveitamento de mão-de-obra e de matéria-prima da região, com a finalidade de desenvolver, quase que familiarmente, uma economia informal.

Contudo, hoje esses galpões são transformados em patrimônio particular, de pessoas que se apossaram deles, embora tenham sidos construídos com recursos do Banco Mundial.

Acredito, quando se diz que vão arquivar o Projeto SOMMA, transferindo os recursos para o BDMG, que isso é igual a queima de arquivo. Considero ser uma colocação perigosa. Temos muitos recursos cuja aplicação precisa ser explicada. Por isso, entendo que o Governador Itamar Franco, que tem dito a todo momento que o seu Governo não aceita corrupção e onde houver uma denúncia ele buscará a verdade e punirá os culpados, poderá dar uma primeira demonstração disso nessa questão do Projeto SOMMA, contribuindo com o nosso Estado para o bom nome da administração pública e para que não haja desvio de recursos.

Quero aproveitar o ensejo e pedir aos Deputados, que são base de Governo, que nos ajudem a fiscalizar e combater a corrupção no Estado. Todos os dias temos notícias de novas corrupções em órgãos do Estado, com aplicação de recursos indevidamente.

Em Teófilo Otôni temos algumas obras que precisam ser fiscalizadas, porque o Governo está fazendo política em nossa região, liberando recursos para obras superfaturadas. Basta ir lá que constatarão o que estou dizendo.

Agradeço a atenção de V. Exa. e volto a dizer: o assunto que V. Exa. está despertando não deve ficar apenas para os Deputados do PSDB, que são da Oposição, e para os Deputados da base governista, que realmente querem contribuir com o Governo Estadual. Deve haver, de vez, transparência na aplicação desses recursos. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a intervenção do ilustre Deputado Kemil Kumaira. Reiterando suas palavras, gostaria de dizer que o momento é político. Chamo a atenção dos telespectadores para o "marketing" do Governador Itamar Franco, principalmente agora, quando ele volta às hostes do PMDB. Na minha visão, isso é um complicador. Dizem que o partido está unido, mas não me parece que é assim. Não vim aqui para falar sobre o PMDB, mas para dizer que o momento é oportuno, político, e há sinais claros, para nós que já estamos nesta Casa há três mandatos, de que existe pressão do Governador para que se encerre o SOMMA. Ele será para atendimento político.

Nós, como disse o Deputado Kemil Kumaira, temos a obrigação de tornar este parlamento transparente e não submisso a qualquer Governador. Temos de juntos governar. Minoria, Maioria, pois temos compromisso com o povo, principalmente agora, quando está definitivamente implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Façam o comentário que queiram, digam que ela é internacional, obedece aos interesses neoliberais, mas é um marco de nação, a partir daí é um marco administrativo e político, e todos têm de se enquadrar.

A lei diz que não se pode gastar mais do que se arrecada. As regras são muitas e, certamente, serão adaptadas. Em um primeiro momento, ela tem de ser imposta, em que pese ao fato de a Oposição ser contrária ou a favor. Ainda há Prefeitos em Minas Gerais que são contra a lei, como os Srs. Célio de Castro, de Belo Horizonte, e Tarcísio Delgado, de Juiz de Fora, fazendo caminhada para Brasília.

Temos de ser mais transparentes. Do jeito que está, nenhum poder resiste à CPI. Não são necessárias tantas CPIs, precisamos é fiscalizar o Governo. É o que o Parlamento precisa fazer, muito mais do que lei, muitas e muitas inócuas. Há leis estabelecidas sem os princípios da ciência do Direito. Estamos aqui há três mandatos, e 80% das leis, na minha opinião, não são cumpridas. Outra coisa grave: 90% das leis feitas pelo parlamento não se transformam em realidade. É só o Executivo que faz a lei funcionar.

Em termos de Brasil, de federação, temos de nos adaptar, é um novo rumo, é uma decisão forte da maioria do Congresso, quando votou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos de nos adaptar diante dessa situação. Como ela é moralizante, vamos exigir dos governantes seu cumprimento. Nós também temos de fazer cumprir essa lei. Essas regras haverão de mudar de acordo com as necessidades, seguindo o princípio da transparência, da responsabilidade, coincidindo com a liberdade, com o Estado de direito democrático. Não podemos dizer que vivemos em um país em que não há liberdade, em que o princípio do direito democrático não está sendo perseguido.

Na prática, em que pese à linha de miséria, que tem aumentado, essa Lei de Responsabilidade Fiscal é uma das principais reformas que têm acontecido no País, é resultado disso. É uma reforma sempre diminui as condições de todos. Há duas saídas para um país como o Brasil: reforma ou revolução.

Revolução ninguém quer mais, principalmente como a que foi feita no Brasil, que se limitou a perseguições políticas. Não correu sangue, mas correu muito sofrimento. Disso não precisamos mais. Precisamos, sim, discutir e fazer acontecer a práxis do Estado democrático de direito, a participação das minorias no Governo.

O Governador tem o direito de fazer política para chegar a Presidente da República, mas não tem o direito de precipitar as coisas neste parlamento.

Aceito a posição dos Líderes do Governo na Casa, mas vamos discutir se a extinção do Fundo SOMMA é mesmo urgente e necessária. Este parlamento não pode continuar submisso, como tem sido até agora. Em três mandatos que estou na Casa, o parlamento tem ficado de joelhos diante do Governo.

Já que o Governador diz que preza a probidade e que vai a fundo nas denúncias de corrupção, está na hora de protelar a extinção do Fundo SOMMA, até que cheguemos ao relatório final que vai esclarecer o destino do dinheiro, dizer em que municípios se materializaram as obras e dar o mapa real dos gastos. Não precisamos ter pressa. O dinheiro, depois, vai para o BDMG, que deverá aplicá-lo de acordo com as necessidades dos municípios, e não fazer atendimento político-partidário para aumentar a base do Governo nesta Casa. Nossa preocupação é essa.

Julgo falta de juízo dos políticos já entrar no processo de eleição para 2002. Temos de começar ainda a governar Minas. Nós, mineiros, precisamos de paz, agora.

Ontem morreu Mário Covas. Mil e uma palavras bonitas de todos os segmentos. Sua vida, sim, foi um exemplo, mas, como todo ser humano, morreu. Vamos orar para que as graças desçam sobre o Brasil, mas não nos esqueçamos de que estamos precisando de administração consistente, de que os partidos políticos tenham linha programática e obedeçam a seus princípios e que não façam política eleitoreira, precipitadamente. A extinção do Fundo SOMMA, sem a conclusão da CPI, é, a meu ver, política eleitoreira.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)\* - Como Líder da Maioria na Casa, tenho conversado com os Deputados da base do Governo sobre a extinção do Fundo SOMMA. Alegro-me perceber que o pensamento da Maioria coincide com o pensamento da Minoria.

É unânime a impressão fundada de que o Fundo SOMMA foi a maior falcatura armada pelo Governo anterior em Minas. O cheiro de fumaça que exala da CPI, a preocupação de empreiteiros que têm envolvimento no Fundo, tentando interferir e influenciar os trabalhos da Casa, e, sobretudo, os indícios e algumas provas de má aplicação dos recursos do SOMMA no interior do Estado nos fazem imaginar que, se nos aprofundarmos, vamos encontrar muito que comprometa autoridades ou ex-autoridades do Estado.

Fico feliz porque também V. Exa está de acordo em que se apurem as irregularidades e em que se punam os responsáveis. É importante esse posicionamento do PSDB e dos partidos que compõem a Minoria na Casa.

A divergência que se apresenta é a seguinte: a CPI está em andamento. Por força do período eleitoral e da passagem de ano, não conseguiu chegar ao final no tempo previsto. Agora tem mais dois meses. Ontem, o Colégio de Líderes decidiu que esta Casa concederá os dois meses, mas acompanhará o funcionamento da CPI, para que não fique sem produzir nada durante dois meses e chegue novamente ao final desses 60 dias dizendo que não teve tempo para concluir. A divergência está em o partido de V. Exa. imaginar que, para discutir o que fazer com os recursos atuais e futuros do SOMMA, é necessário saber o que acontecerá com a CPI. É um equívoco, porque o levantamento de como o SOMMA foi aplicado até agora não tem nada a ver com o que será feito daqui para a frente. As ações negativas e os prejuízos causados ao erário certamente serão encaminhados ao Ministério Público para a punição dos responsáveis. O projeto que hoje tramita nesta Casa visa a definir o que acontecerá de agora para a frente com o SOMMA, até porque o Governo do Estado tem verbas do SOMMA em caixa, mas não pode utilizá-las em benefício das comunidades mineiras. Neste momento, é necessário definir o que fazer com os recursos já em caixa e que precisam de destinação. É lamentável o microempresário mineiro, as associações comunitárias e as Prefeituras precisarem tanto de verba, o Governo ter a verba do BDMG, mesmo porque alguns recursos já retornaram ao caixa do Estado, e, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo não poder continuar investindo como vinha fazendo no SOMMA. Parece-me preciosismo o partido de V. Exa. assumir a posição de não definir como serão aplicados os recursos do SOMMA enquanto não se apurar a CPI. Sou um dos primeiros interessados no resultado da CPI para saber se há falcatura e como foram aplicados os recursos do SOMMA até agora - e tenho a convicção pessoal de que foram mal aplicados. Mas é maldade contra a população mais carente do Estado, contra as Prefeituras que querem investir, se o Estado tem verba disponível no BDMG. V. Exa., com sua capacidade de convencimento, haverá de interferir e de tentar mostrar esse aspecto à Oposição nesta Casa, porque essa é uma maneira de barrar o desenvolvimento. Os recursos parados no Banco, aguardando uma definição de como serão gastos, não têm nada a ver com o dinheiro que foi mal gasto até agora. O que foi mal gasto, se é que foi, será apurado na CPI e encaminhado à justiça para a punição dos responsáveis. Estamos pensando como será gasto o dinheiro daqui para a frente. Centenas de Prefeituras precisam dessa verba para fazer obras de infra-estrutura. Concorde que, no passado, algumas verbas foram mal aplicadas. As verbas disponíveis não podem ficar aguardando o final da CPI, porque o prejuízo não é do Governo é das Prefeituras, é do povo mineiro. Além do mais, tenho a convicção de que o BDMG administrará o Fundo com um novo conceito, o de um Governo honesto, ao qual está submetida a administração do BDMG; um Governo austero, que tem na honestidade não uma marca de propaganda política, mas uma prática real do dia-a-dia do Governo Itamar Franco. Peço a V. Exa. que converse com os Deputados da Oposição, para que não sejam responsáveis, em curto prazo, pelo impedir que recursos vultosos do SOMMA sejam aplicados a favor do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a intervenção e as palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite. Pela convivência que temos na Casa e pelo vício do Poder Executivo de sempre submetê-la aos caprichos, talvez do Governador, temos algum receio. Concordamos que temos de unir forças para proceder aos gastos de forma transparente, a partir do BDMG, que tanto bem tem feito a Minas Gerais. Mas, o mesmo BDMG é administrado, em última instância, pela palavra final do Governador, quando se trata de recursos públicos.

Por mais que V. Exa. diga que temos de nos somar ao Governo e ser responsáveis, como quero ser, temos medo da manipulação; quando este parlamento for fazer o gasto, de forma racional, de acordo com a necessidade dos 853 municípios de Minas Gerais, temos a certeza de que terá a marca política de atendimento aos aliados apadrinhados.

Deputado Tadeu Leite, quero convidar V. Exa. para que faça esforço, junto com os Deputados da base governista, para que a Minoria possa participar das negociações "a priori" com o Governo.

O Deputado Anderson Adauto iniciou um expediente muito importante, tornou este Poder mais independente. Acreditamos que o Deputado Antônio Júlio, de acordo com a sua promessa de campanha, também faça isso. Antes, fizemos algumas reuniões até de compatibilização de gastos dos Poderes, de uma forma democrática. Já se discutiu mais o orçamento este ano. Já está o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que foi o principal interlocutor quanto a uma verba de R\$20.000.000,00, em que fizemos uma divisão de acordo com as necessidades, para diferentes regiões de Minas Gerais.

Acreditamos que essas verbas possam ser cumpridas com o Governo, e é dessa forma que queremos. Então, vamos pegar o que tem do BDMG e chamar a Oposição e a Situação, previamente, para conversar com os dirigentes de direito, para votar esse projeto. Vamos conversar antes e mostrar para o povo que esse dinheiro vai ficar no BDMG, mas ficou acordado com a Oposição que tais municípios, de acordo com as suas prioridades ou macroprioridades, serão atendidos. A nossa preocupação é que aquele Deputado que faz oposição ao Governo jamais vai ser atendido pelo Fundo SOMMA, isso é uma prática antiga. Temos de iniciar uma prática nova.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)\* - V. Exa. disse muito bem, é uma prática antiga. Temos de mudar, para que haja mais respeito com o dinheiro público em Minas Gerais.

O Deputado Hely Tarquínio - Exatamente. Vamos começar a administrar porque vem uma eleição aí, está-se disputando até convenção. Nessa convenção, pode correr até verba por fora. Temos de deixar isso claro para o povo. O povo tem de saber como as coisas acontecem nos bastidores.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - A Presidência informa ao orador que o seu tempo já está esgotado.

O Deputado Hely Tarquínio - Exmo. Presidente, só peço mais 1 minuto de tolerância.

O Sr. Presidente - Perfeitamente.

O Deputado Hely Tarquínio - A partir da morte do Covas, que deu exemplo de vida política, e a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que pese às dificuldades para que seja

implantada - mas vai ser -, as correções, nós é que vamos fazer no parlamento e adequá-las ao Brasil, que sejamos bastante responsáveis para levar ao povo tudo o que acontece aqui dentro, combatendo e prevenindo as falcatruas.

Que nós, do PSDB - concito também todos os Deputados -, não votemos o fim do Fundo SOMMA antes de haver um entendimento com a base do Governo. Essa é a posição do PSDB.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, quero iniciar minhas considerações sobre o Projeto SOMMA, dando continuação às reflexões dos Deputados Hely Tarquínio e Luiz Tadeu Leite. Este, em sua resposta ao Deputado Hely Tarquínio, manifestou sua preocupação com a necessidade de se utilizarem urgentemente esses recursos para se garantir aos municípios a realização de obras emergenciais. Já o Deputado Hely Tarquínio alude à necessidade de se realizar uma discussão para que esses recursos sejam utilizados para atender os municípios, mas de acordo com um projeto.

Então, o grande problema que há neste Estado é que temos um Governo plural, heterogêneo, mas que não articula adequadamente nem trata com carinho essas diferenças, no tocante à implementação de um projeto de Estado. Falta a Minas Gerais um projeto de Estado, em todos os níveis. Se analisarmos a educação, veremos que houve avanços muito significativos e ansiosamente esperados, como o concurso público, que tarda, tarda e tarda, mas está para acontecer. Mas, em várias outras Secretarias, não encontramos trato adequado em relação aos servidores, nem projetos efetivos, que nos possam mostrar qual é o caminho, para onde esse dinheiro vai fluir e quais são os resultados esperados. A falta de um projeto de Estado tem comprometido o Governo Itamar Franco de maneira muito significativa e grave; tem entravado o Governo na realização das obras mais importantes e prioritárias para o Estado.

Assim, temos de tratar dessa questão do Projeto SOMMA não só em razão das questões emergenciais, mas também do passado, que pertence não apenas ao Governo Azeredo, desastroso em muitos aspectos, mas também ao Governo Itamar Franco, que já tem dois anos de existência - portanto, tem passado. E o passado - o recente e o mais remoto - precisa ser analisado, para que não demos continuação a ações que não atendam às maiores necessidades da população. Temos de avançar nesse sentido. Não podemos dizer que os recursos que estão sobrando ou que, em razão de alguma lei, não podem ser utilizados precisam ser repassados para o BDMG, para que se dê continuação ao Projeto SOMMA ou às ações de saneamento. Ora, quais são elas?

Agora mesmo, discutia com alguns servidores da Casa sobre algo que acho que é uma questão fundamental de Estado, deve ser discutida na Assembléia Legislativa, no Executivo e no Judiciário: o princípio das boas práticas da administração pública, entre os quais destacamos a necessidade da transparência e da publicidade. Queremos, sim, que os municípios seja atendidos, e a emergência está colocada, como estamos vendo. Aliás, quero chamar a atenção dos senhores e da população de Minas é preciso vacinar-se hoje mesmo, porque a febre amarela está em Minas Gerais e é grave. Recentemente, o Doutor Viana disse, na televisão, que é preciso vacinar, porque 70% dos que são acometidos correm o risco de morrer - ou seja, a mortalidade é altíssima. Então, hoje acontece esse fenômeno em Minas Gerais, por falta de um projeto de Estado, por falta de um projeto de saneamento. Se tivéssemos um programa de saúde pública no Estado de Minas Gerais, se tivéssemos um programa de saúde pública no Brasil, seguramente, não estaríamos assistindo estarrecidos à morte de nossos irmãos.

Falta um projeto. A emergência está batendo à nossa porta. Mas não é possível dizer que a questão fundamental é o dinheiro que não está liberado no fundo. A questão fundamental é a ausência de um projeto de Estado de saúde pública, de saneamento básico, de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, de atenção às políticas sociais. É isso que falta a Minas Gerais.

No último dia de reunião de Secretários de Estado, disse ao Governador, ao Vice e aos colegas Secretários que um Governo constituído como o de Itamar Franco, heterogêneo, espectral, necessita de uma relação dialógica entre eles para tratar das diferenças da lógica da construção de um projeto de Estado. Se as diferenças forem mantidas nessa estrutura plural de Governo, sem diálogo, sem a coordenação de um projeto, sem a preocupação de ações coletivas, vamos ter, na realidade, uma estrutura caótica, em que o dinheiro é destinado a alguns, deixando outros sem nenhuma assistência.

Nesse caso, o Deputado Hely Tarquínio está correto. Não é uma decisão de oposição, de independentes, é posição de aliado ao Governo Itamar Franco. É fundamentalmente dos aliados a exigência de que o Governo trate melhor as suas diferenças para constituir um projeto de Estado que atenda aos interesses de Minas; do contrário ele não governa este Estado, e prevalece a sua retórica sobre as práticas que são importantes.

É preciso colocar o dinheiro para atender ao quê? Onde? Para quem? Quais são as prioridades de atendimento na área de saneamento básico? Estão dizendo que é por imposição de uma lei, mas estou sentindo que há a sensibilidade de todos os parlamentares desta Casa de que esses recursos, com a extinção do Fundo, não podem ir para a RURALMINAS, apesar da existência de uma lei, porque podemos rejeitá-la agora. Ela foi feita ao apagar das luzes do Governo Eduardo Azeredo. Podemos e devemos rejeitá-la, porque o dinheiro não pode ir para a RURALMINAS que não está estruturada e não tem a função de fazer saneamento. Aliás, as ações de irrigação da RURALMINAS carecem de saneamento. Devemos ter esse cuidado.

Por isso mesmo, estamos propondo uma emenda para que os recursos sejam destinados ao BDMG para ações de saneamento. À semelhança do Deputado Hely Tarquínio, nós, Deputados desta Casa queremos que sejam cumpridos os princípios das boas práticas da administração pública. Não é servir o setor que é oposição nem privilegiar outro.

Quais são as práticas administrativas, quais os programas e projetos capazes de fazer com que esses recursos públicos resultem nos melhores benefícios em favor de Minas Gerais, para que a população não continue nessa situação de risco permanente diante de doenças que já poderiam estar banidas do nosso tempo e da nossa geografia?

É vergonhosa a situação que vivemos hoje. Saneamento é uma ação de mais alta relevância para combater muitas doenças que existem hoje. A mortalidade infantil em Minas Gerais é elevada. Medidas simples podem reduzir significativamente a mortalidade infantil. Portanto, são ações de resgate da vida e da dignidade humana, mas elas não existem. Posso dizer que tivemos enormes dificuldades até para fazer um convênio para o combate à desnutrição e à mortalidade.

Não é somente por falta de recursos. Não é porque os recursos estejam retidos; é por falta de projeto, é por falta de determinação política. É isso que está acontecendo neste Estado.

Estou aqui hoje para dizer que a Bancada do PT apoiará as boas ações governamentais do Governo Itamar Franco para combater as ameaças de morte que estão batendo à porta de muitas pessoas. E precisamos chamar a atenção de todos, porque o Presidente da Assembléia está na área de grande risco da febre amarela, que é Pará de Minas, Divinópolis, Itaúna, Nova Serrana. Essa é a região que está mais ameaçada, mas todos nós também estamos.

Quero realçar uma questão fundamental. Não é preciso pressa para extinguir o SOMMA e colocar o dinheiro no BDMG ou em qualquer outro local. Temos de ter pressa é para planejar o Estado. E planejamento não se faz de uma hora para a outra. Demora, porque se tem que discutir com os técnicos e fazer um levantamento para verificar as potencialidades do Estado. Se gastarmos um bom tempo em planejamento, teremos boas respostas na execução das ações que desejamos serem realizadas. O que é urgentíssimo em Minas e no País é fazer planejamento.

O que é prioridade hoje em Minas Gerais? O combate às doenças, à desnutrição infantil. Onde a falta de saneamento está ameaçando mais a população? Temos que começar, aí sim, de maneira emergencial e com muita determinação, fazendo um levantamento da realidade do Estado, vendo onde ele está mais ameaçado, e a partir daí vamos verificar se se tem de colocar o dinheiro no BDMG, no fundo único, no fundo de saúde ou onde é necessário.

Depois partiremos para a realização das obras. E aí também não dá para ficarmos dizendo que estamos contentes, que o Governo é honesto, de alta respeitabilidade. Precisamos parar com essa retórica da honestidade. O que é fundamental no Estado é fazer a prática honesta. E a prática da honestidade está fundamentada nos princípios da administração pública da transparência e da publicidade. Tem-se que dizer para onde o dinheiro vai, quanto custa uma obra, quem a está realizando, enfim, ter controle social da realização dos programas. Aí, sim, em vez do discurso às vezes até irritado de quando se fica em dúvida de que certa pessoa é honesta, vamos ver a prática, a execução orçamentária do Estado e a aplicação dos recursos públicos.

É preciso dar transparência, não para ser julgado pela Assembléia, mas pela população do Estado. Esse é o projeto que temos de trabalhar aqui. É dar condições para que qualquer cidadão de Minas Gerais, onde estiver, tenha acesso às informações do Executivo para saber onde os recursos estão sendo gastos, como, com o quê, e o custo de cada uma das ações. Aí o julgamento será muito melhor. Não precisaremos de defensores vibrantes da honestidade do Governo, porque o próprio povo terá condições de analisar e julgar essas questões. Concedo a palavra ao Deputado Hely Tarquínio, para as suas considerações.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)\* - Ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, concordo em número, gênero e grau com as suas palavras. V. Exa. se referiu à dengue em Minas Gerais, e realmente estamos passando vergonha. Gastou-se muito com a dengue, e, como V. Exa. sabe, estamos pesquisando, na CPI da Saúde, e a FUNED gastou quantias enormes exatamente com a dengue. Depois traremos esse relatório a público, mas só queria lembrar que ficaram caracterizadas muitas mazelas administrativas.

Reafirmando o que disse V. Exa., o problema fundamental de Minas, a questão de um projeto de como governar, como desenvolver as ações, é por falta de estrutura e programas.

Faltam auditorias permanentes, faltam consultorias qualificadas. Então, se não temos estrutura, como vamos imediatamente pegar o dinheiro do SOMMA e começar a gastar a esmo, dizendo que o BDMG vai gastar de forma transparente e, talvez, inteligente e racional, de acordo com as necessidades dos municípios? Se a FUNED, que é o órgão que teria, no caso, de produzir o medicamento ou então comprar esse medicamento, faz tudo estruturalmente errado, porque não tem estrutura, então, isso deve acontecer nos diversos setores do Governo, nas diversas Secretarias. Quero reafirmar a V. Exa. que a dengue e a febre amarela estão passando vergonha nos mineiros, porque é o Estado mais atingido no momento. Gastamos somas imensas no Governo Itamar Franco, cheio de falcatruas, e a CPI vai trazer isso à tona. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, o Deputado Cristiano Canêdo.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)\* - Há pouco, Deputado, você disse que devemos tomar a vacina da febre amarela. Neste momento, ela chegou à Casa, e alguns parlamentares estão se levantando para vacinar. Sobre esse episódio de febre amarela, de dengue, muitos e muitos recursos foram gastos com a dengue, muitos e muitos recursos estão sendo gastos com a febre amarela, e muitos ainda serão gastos em outras epidemias, porque, neste momento, se preocupam muito em gastar no combate à doença e não se preocupam em gastar na prevenção da doença, que é muito mais barata. O custo é muito mais baixo. Contrataram-se agentes para o combate à dengue, muitos e muitos agentes; foram gastos recursos vultosos para se combater o mosquito e a doença. Há também outros recursos hoje no Ministério da Saúde que estão investidos em todo o País, inclusive em Minas Gerais, para a prevenção. Mais de R\$12.000.000,00 por mês estão sendo aplicados no programa de agentes comunitários de saúde. Na Lei Robin Hood, na distribuição de ICM, são mais de R\$1.500.000,00 por mês de incentivo aos municípios que têm agentes comunitários de saúde. São mais de mil equipes de médicos de família. E os resultados? Alguém fez uma avaliação da aplicação desses recursos? Existe um controle de avaliação? Essas equipes estão trabalhando, e todos sabem, o Governo mostra que está investindo na saúde. Ele está gastando em Minas R\$12.000.000,00 por mês com agentes comunitários de saúde e com médicos de saúde. É uma propaganda, é um investimento, mas ninguém mostra o resultado.

Existem resultados? Essas equipes estão trabalhando, esses agentes comunitários estão fazendo promoção de saúde? Eles estão indo de casa em casa? Onde há agente comunitário de saúde não poderia haver febre amarela, mosquito "Aedes aegypti", dengue nem nada disso. Não podia haver doenças infecto-contagiosas, lixo acumulado. Deveria haver, nos lugares em que há equipe de saúde da família, outras medidas preventivas, medidas higiênicas. As equipes, em várias regiões, não funcionam; não deve haver 20% das equipes de saúde da família no Estado que estão funcionando, mas os recursos estão sendo investidos. Onde está esse acompanhamento? Onde está o controle? S. Exa. disse ainda há pouco: "nem sempre é a falta de dinheiro da saúde que é o motivo". Isso realmente é verdade. Há o dinheiro, é preciso aumentar mais? Precisa, mas, antes que se aumente, é preciso moralizar a aplicação dos recursos, é necessário planejamento, controle de avaliação dos recursos já existentes, porque com esses já é possível uma grande melhora. Depois, dentro de um planejamento, aumentam-se os recursos. Vou tomar a minha vacina contra febre amarela. Lamento a existência dessa grande preocupação quando a doença chega e a falta de preocupação com a sua prevenção e com o acompanhamento dos recursos que estão sendo aplicados. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Quero agradecer sua intervenção e aproveitar para dizer que V. Exa. também passou pela Secretaria da Saúde, participou do conselho estadual e pode dar o testemunho de que, quando saí, existiam lá graves irregularidades. Continuo afirmando que existem gravíssimas irregularidades na Secretaria da Saúde, do ponto de vista de organização, de controle, de coordenação, de distribuição dos recursos humanos, de implementação de um projeto de Estado. O que vimos é uma fragmentação de ações. Não é uma questão para ser resolvida de um dia para outro, em três meses de exercício. É um processo que exige profundas intervenções. Disse ao Governador que administrar a Secretaria da Saúde, levando-se em conta o interesse público, social, implicaria uma revolução na saúde. Acho que precisamos fazer uma revolução na Secretaria da Saúde, para distribuir, organizar melhor os recursos humanos, valorizá-los. Há ali uma estrutura tão absurda e caótica, que, em locais estratégicos da administração, nas superintendências, nas diretorias, os salários são aviltantes.

Parece-me que essas pessoas são colocadas naquela condição para que somente estelionatários, ladrões possam aceitá-la. As pessoas de bem não suportariam continuamente essa situação de sacrifício. É difícil sustentar, permanecer anos seguidos, com salários aviltantes, discriminações das mais diversas formas, com pessoas contratadas por recrutamento amplo, por processos de terceirização, trabalhando 20 horas por semana, recebendo mais do que alguém concursado, que trabalha 40 horas por semana. Não é possível continuar assim; um trabalhador da saúde trabalhando 20, 25 anos, na condição de médico, recebe R\$400,00, R\$500,00 por mês. Isso é ou não é irregularidade grave? Há que se tomarem medidas. Não se tomam medidas, não há determinação política, não há vontade governamental de governos sucessivos.

Não bastaria eu fazer um discurso e uma condenação do Governo Azeredo ou dos anteriores, que cometeram erros graves, se eu não corrigir o presente. Parece-me que não houve determinação e disposição para a correção do presente. Não adianta ficar fazendo discurso de honestidade, de seriedade, de compromisso público. É preciso mudar isso. Se não mudarmos a estrutura das secretarias - não falo somente da Secretaria da Saúde, não falo somente da FUNED, Deputado Hely Tarquínio -, se não mudarmos as nossas fundações, a nossa estrutura de Estado, não vamos superar esses problemas graves que nos ameaçam hoje. Isso é sério. Concedo aparte ao Deputado Cristiano Canêdo.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)\* - Concluindo suas palavras, gostaria de acrescentar que o problema da Secretaria da Saúde são os recursos financeiros, o planejamento, os recursos humanos. Temos, em diretorias regionais de saúde, 120, 100, 80 funcionários que não têm nenhum treinamento. Uma diretoria com a metade dos funcionários, um bom treinamento e melhores salários poderia ser mais eficiente.

Gostaria, ainda, de complementar o que V. Exa. falou sobre governos anteriores. É verdade: desses e dos governos de outros Estados também. O modelo de assistência à saúde era um. Com o SUS, veio um outro modelo, que não tem sido acompanhado. Querem, no SUS, utilizar o modelo antigo, de posto de saúde, de filas em postos de saúde, de medicina curativa, de medicina do tempo da AIH, quando o serviço de saúde servia para encher hospitais, aumentar guias de internação. Hoje o modelo é outro.

É preciso que os funcionários da saúde e os Governos entendam que houve uma mudança de modelo assistencial, nova formação de recursos humanos e nova forma de aplicação desses recursos. E ainda não está sendo aceita e entendida a necessidade da mudança do modelo assistencial de saúde.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Muito obrigado, Deputado Cristiano Canêdo. Quero voltar à questão do SOMMA e deixar o seguinte questionamento: a exigência da aplicação dos recursos que estão hoje no Fundo SOMMA, no FESP e serão transferidos para o BDMG, ou outra área da administração pública, a transparência, a definição das áreas e das prioridades de aplicação é uma exigência da Oposição ou da Assembléia Legislativa de Minas Gerais? Acredito que é de todos nós. Se for preciso ficar na Oposição para fazer essa exigência, ficarei. Essa exigência sempre foi e continuará sendo do PT, para que os recursos públicos sejam utilizados com transparência, segundo o princípio da razoabilidade e as prioridades do Estado e das necessidades da população.

O Dr. Patrus Ananias, quando governava Belo Horizonte, dizia que a sua prioridade de atuação era onde a vida estava mais ameaçada. Sempre o Patrus dizia isso e quero repetir: é preciso que o Governo mineiro coloque toda a sua energia, preocupação e competência para estabelecer prioridades e garantir a aplicação dos recursos onde a vida está mais ameaçada, onde existem os maiores perigos. Assim, estaremos ao lado do Governo, para fazer com que a população de Minas possa viver com mais tranquilidade e mais segurança. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, apesar de termos alguns Deputados em Plenário, verificamos que não há número suficiente para a continuação dos trabalhos, motivo pelo qual solicito o encerramento da reunião.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 8/3/2001

### Presidência do Deputado Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Miguel Martini - Rogério Correia - Sebastião Costa.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

## ATA DO EVENTO REALIZADO NA 216ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 8/3/2001

### Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Elaine Matozinhos - Palavras da Deputada Elbe Brandão - Palavras da Deputada Maria José Hauelsen - Palavras da Deputada Maria Olívia - Entrega de placas - Apresentação de poesia - Palavras do Sr. Presidente.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputadas Elaine Matozinhos, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen e Maria Olívia; Ten.-Cel. PM Luciene Magalhães de Albuquerque, Assessora de Comunicação Social e Marketing da PMMG; Delegada Noemy Barros Guimarães, Chefe da Divisão Especializada da Delegacia de Mulheres e do Idoso; e Umbelina Lopes, Defensora Pública da Delegacia de Mulheres; e os Exmos. Srs. Nico Bacarat, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso; e J. Barreto, Deputado à Assembléia Legislativa do Mato Grosso.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras da Deputada Elaine Matozinhos

Exmo. Sr. Deputado Antônio Júlio, DD. Presidente desta Casa; Sras. Deputadas Elbe Brandão, Maria José Hauelsen e Maria Olívia; Exma. Sra. Ten.-Cel. Luciene Magalhães de Albuquerque; Ilma. Sra. e querida amiga Dra. Noemy Barros Guimarães Bernardes; querida amiga Dra. Umbelina Lopes; Exmo. Sr. Deputado Nico Bacarat, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso; Exmo. Sr. Deputado J. Barreto; Exma. Sra. Dra. Olívia Braga Melo, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher; Dra. Joana Margareth, também Delegada da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, na pessoa de quem saúdo todos os funcionários e funcionárias da Delegacia de Mulheres, que aqui se fazem presentes; policiais civis; caro amigo Wagner Francisco Alves Pereira, Presidente da CGT; Vereador Luis Antônio Lopes e seus assessores João Carlos e Júnior, companheiros do PSB que honram a Câmara Municipal de Araguari; sindicalistas aqui presentes; trabalhadoras rurais; queridas homenageadas Telma Blandina Venceslau, Prefeita Municipal de Minas Novas; Maria Lúcia Alves Dias, Presidente do Sindicato da Panificação; Ministra Sandra Melo, da Comunidade Batista Shalom, demais homenageadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, reunimo-nos nesta Assembléia hoje, neste 8 de março de 2001, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, instituído em 1975, pela ONU, para relembrar os acontecimentos do passado.

A instituição desta data tem seus antecedentes no "Women's Day", o Dia das Mulheres norte-americano, que assinalava a morte, ou melhor, o assassinato, em 1857, de 129 operárias de Nova Iorque, queimadas no interior da fábrica de tecelagem em que trabalhavam, em função de terem realizado uma greve cujo objetivo era a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias e a concessão de licença-maternidade.

Mas o Dia Internacional da Mulher não se resume, hodiernamente, a uma homenagem àquelas mártires que perderam suas vidas em defesa das liberdades e da cidadania do gênero feminino, até porque muitas outras, antes e depois daquela tragédia, dariam suas vidas e se sacrificariam pela causa. Muito além disso, esta data tem o condão de lembrar a todos nós que o caminho percorrido para que chegássemos onde estamos não foi coberto de flores e também que o ponto em que nos encontramos não é o de chegada, ainda.

Hoje em dia é muito fácil esquecer os motivos e a necessidade de datas como esta. As jovens de hoje, independentes, que freqüentam cinemas e boates, que têm, ao menos na forma, os mesmos direitos concedidos aos seres humanos do sexo masculino, que escolhem seus maridos e têm seus empregos, podem acabar pensando que toda essa liberdade tenha vindo de mão beijada, mas isso não é verdade.

Sempre, por detrás de todas as conquistas, sejam elas de gênero ou não, existem conflitos, lutas e revoluções que as viabilizam e impõem. No caso da longa marcha que vêm promovendo as mulheres rumo ao reconhecimento de seus direitos e à realização de sua personalidade, também a grande "distância" não tem sido vencida sem esforço.



Em nosso País, a Constituição Federal de 1988, no inciso I de seu art. 5º, estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Todavia, muito embora contido em sede constitucional, o direito à igualdade entre os sexos tem tido a mesma eficácia de outros direitos constitucionais, como o direito à saúde, à educação ou a um mínimo de dignidade. Esses estão contidos no texto legal, mas nem sempre são implementados.

Como se vê, esta comemoração, ao lançar nossos pensamentos ao passado e levá-los depois a percorrer os caminhos da luta feminina pela cidadania e igualdade, serve para nos lembrar que direitos não se adquirem sem esforço e que a existência de leis não implica, necessariamente, a correspondente alteração dos costumes no corpo social.

Por isso, para que nossa luta chegue a bom termo, é necessário que o problema não seja tratado apenas juridicamente, mas que os avanços no ordenamento jurídico reflitam necessária mudança nas mentalidades, presas ainda, em muitos casos, à lógica da divisão de tarefas em razão do sexo e da visão de mundo segundo a qual as mulheres desempenham um papel secundário e coadjuvante.

Esse é o sentido desta data comemorativa. Mas, se o decurso deste dia nos leva a uma reflexão sobre a condição feminina, a celebração que aqui realizamos vai além, pois se propõe homenagear mulheres que, nos nossos dias, se destacam como exemplo de trabalho e ocupação de espaços que, até pouco tempo, nos foram sucessivamente negados.

Nossa celebração, dessa forma, vale como um reconhecimento e um estímulo àquelas que nos honram e orgulham, trabalhando com competência e destaque em suas respectivas áreas.

Mas, antes mesmo de me referir a minhas homenageadas, quero lembrar que as parlamentares desta Casa, só por terem chegado a esta Assembléia, merecem também o nosso aplauso.

A jovem Deputada Elbe Brandão, que, desde muito cedo, tem se destacado na política da região Norte do Estado, é um grande exemplo desse destaque ao qual nos referimos. É uma moça na flor da idade, mas que já intervém com firmeza nos rumos políticos de Minas. Municípios como Janaúba, Espinosa, São João da Ponte, Bocaiúva, Grão-Mogol, Montes Claros, Riacho dos Machados, e inúmeros outros atestam e reconhecem, pela votação maciça que lhe conferiram, que seres humanos do sexo feminino estão aptos ao exercício da política e da administração dos interesses sociais.

A Deputada Maria Olívia, tão bem votada quanto sua colega de partido Elbe Brandão, é mais um exemplo de vitória feminina no cenário político estadual. O reconhecimento de Lagoa da Prata, Santo Antônio do Monte, Piumhi, Luz, Caxambu, São Roque de Minas, Santana do Jacaré e outros inúmeros municípios mineiros nos quais foi votada, atestam a alteração das mentalidades, que lenta, mas inexoravelmente, vem sendo implementada.

A Deputada Maria José Hauelsen, que já é uma parlamentar experiente, votada em Teófilo Otôni, Belo Horizonte, Pavão, Águas Formosas, Poté e outros municípios, demonstra, do alto de sua reputação ilibada, que as fronteiras ideológicas não são suficientes para impedir o avanço da causa feminina, até porque, nobre Deputada, a luta pelos direitos femininos é também pela inclusão social e pela implementação de políticas sociais e socialistas.

É certo que a participação feminina nesta Casa diminuiu do ano passado para cá, mas a colega Maria Tereza Lara, que, com certeza, voltará a estar entre nós, é também um exemplo da participação.

Tínhamos cinco parlamentares do sexo feminino, hoje temos quatro. Não é número que reflita o potencial de contribuição das mulheres para com a sociedade, mas, se pensarmos que, antes de 1932, as mulheres não tinham, nem mesmo, direito a voto, veremos o avanço que a eleição dessas parlamentares representa.

Graças a elas, discutimos questões para promover melhorias nas condições de vida das mulheres. Meus parabéns a V. Exas., as senhoras nos orgulham.

Mas as mulheres não se têm destacado unicamente no campo político, e o reconhecimento desse destaque em outros campos é o que motiva esta homenagem.

Como cada uma de nós, parlamentares, pôde indicar três mulheres para que fossem homenageadas, foi-nos difícil a tarefa, tendo em vista que muitas das que estão neste Plenário ou, mesmo, fora dele merecem nossa homenagem. Felizmente, tenho certeza, indicamos aquelas que são realmente merecedoras de nosso reconhecimento e aplauso.

A Prefeita do Município de Minas Novas pelo meu partido, PSB, Sra. Telma Blandina Wenceslau, é merecedora desta humilde homenagem. Professora e psicóloga, com mestrado em Psicologia da Educação, em Roma, vem realizando diversos trabalhos nas áreas clínica, educacional e social. Com uma história de participação ativa nos movimentos sociais, atuou em Minas Novas como coordenadora da AMPLIAR durante mais de cinco anos. Na Igreja, foi catequista e coordenadora de grupos de jovens. Faz parte da família das Irmãs Salesianas (ordem fundada por Dom Bosco para atender as crianças e os jovens) e participa ativamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Pastoral Social. Como muitas de nós, e isso é o mais importante, Telma alimenta o sonho de luta por um mundo mais solidário e humano, em defesa da vida e dos direitos humanos. Parabéns, a senhora faz jus a esta humilde homenagem.

A sindicalista Maria Lúcia Alves Dias é outra de nossas homenageadas. Trata-se de uma mulher com uma grande história de lutas e mobilização nos movimentos sociais e democráticos. Em sua trajetória, foram inúmeros os cargos ocupados e as funções exercidas. Maria Lúcia já foi Diretora-Secretária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Panificação, Confeitarias, Biscoitos, Massas e Produtos de Belo Horizonte e Região. Hoje, exerce a sua Presidência. É a primeira mulher a exercer esse cargo nos 50 anos de existência desse sindicato. Além disso, foi Diretora Estadual e Nacional da CGT, ocupando, respectivamente, as Secretarias para Assuntos de Qualificação Profissional e a Diretoria de Políticas Sociais. E, como se não bastasse, já foi representante da CGT na Comissão de Mulheres Coordenadoras das Centrais Sindicais do Cone Sul, Conselheira Municipal de Educação do Município de Ribeirão das Neves, entre outros cargos. Parabéns, Maria Lúcia; seu trabalho no movimento sindical nos inspira e nos orgulha.

E, finalmente, mas não por último, homenageamos a nossa amiga, companheira, irmã Sandra Mello, que, convertida ao Evangelho em 1979, tem sido um exemplo de religiosidade e dedicação aos princípios do cristianismo. Tendo cursado Teologia, tornou-se a primeira pastora batista ordenada ao Ministério da Palavra pela Comunidade Batista Shalom Internacional - CBSI. Vem exercendo, há mais de 16 anos, seu ministério pastoral na qualidade de Pastora titular da sede nacional da CBSI. Atualmente, cursando o mestrado em Teologia, Sandra vem realizando palestras, conferências e congressos no Brasil e no exterior. Por tudo isso e mais algumas coisas que não citei, você é sim, minha amiga Sandra, merecedora desta homenagem dos homens, além das bênçãos e da glória de Deus.

Finalizando, registro a presença da nossa amiga, companheira Evanilda Martins, Presidente do Conselho Estadual da Mulher da Terceira Idade, de Santa Luiza; da nossa querida Márcia Inácia, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; as demais amigas, sindicalistas, a nossa assessoria, a assessoria da Casa, que nos proporcionou comemorarmos, com tanta alegria, este 8 de março. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Elbe Brandão

Boa-tarde a todos. Oito de março é um dia muito especial. Levantava eu para fazer o meu pronunciamento, quando o Presidente pediu-me que fizesse uma homenagem também aos homens. Que seja feita a vontade de V. Exa., que abre um espaço para a mulher neste Plenário. Que todas as nossas ações propostas nesta Casa, de hoje até o final do seu mandato na Presidência, sejam concluídas. Tenho absoluta certeza de que receberemos de V. Exa. todo o apoio necessário à construção de uma sociedade mais justa. Esta homenagem poderia estar sendo feita no ano que vem, ou, quiçá, no outro, mas, já que V. Exa. pediu, estamos fazendo de forma antecipada, Presidente Antônio Júlio. Portanto, faça jus a ela.

A Deputada Elaine Matozinhos fez um apanhado e uma discussão ampla sobre este dia e este momento. Vou-me ater a falar um pouco das minhas homenageadas. Busquei usar como critério o mundo, a minha região e o espaço onde trabalho. Por isso selecionei a Dra. Maria Caiafa, que hoje preside e está à frente da Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais. Você, Caiafa, fez e faz um pouco da nossa história. Digo um pouco porque a prepotência, com certeza, não é um instrumento utilizado pelas mulheres em nenhum momento. Cada uma de nós representa um pouco nesse processo, mas a sua luta pelos direitos humanos ultrapassa o ser mulher. Acho que, desde o acidente que suscitou o 8 de março, já conseguimos espaço, já temos consciência dos nossos direitos. Precisamos, agora, da consolidação de políticas públicas, que já existem, estão no papel, mas precisam ser

regulamentadas, executadas.

Muito pior, porém, está a situação da sociedade brasileira. Que bom perceber e entender o que é sair da utilização da assistência social para o direito social, porque é isso que tem de acontecer na nossa Nação. E você, Maria Caiafa, é hoje uma pessoa que representa isso. Foi uma honra poder indicá-la para que Minas Gerais pudesse abraçá-la neste dia de hoje.

A minha querida gorutubana, que veio de Janaúba, a Pedrelina, é uma artesã típica, veste blusas confeccionadas pelas próprias mãos. Essa cultura estava se perdendo, mas nós a resgatamos e, com suas mãos, com o bilro, fia, costura e cria oito filhos. Essa é a marca da verdadeira mulher do Gorutuba, da nossa querida Janaúba, que também faz com que hoje eu possa estar aqui, porque quem está aqui não é a Deputada Elbe Brandão, é a alma da sertaneja que luta por dias melhores.

A terceira pessoa é muito querida e, há 18 anos, é faxineira na Assembléia. Limpando os corredores, sempre com um sorriso e um olhar carinhoso, ela me disse que nunca utiliza o eu, mas sim o nós. Ela tem orgulho de ser faxineira, e o mais importante é saber que está ganhando o seu dinheiro honestamente. Que bom poder homenagear a senhora. Com este evento, homenageamos todas as mulheres que estão nos bastidores e permitem fazer com que esta Casa caminhe de forma tranqüila; mesmo tendo os embates, as brigas, as lutas, o nosso objetivo único é dias melhores para Minas Gerais.

Gostaria de me solidarizar com os movimentos da mulher rural. Estou vendo a Rosário, de nossa querida Bocaiúva, que, há alguns anos, já foi homenageada pela Casa, no Dia Internacional da Mulher. A mulheres da Casa estão também com vocês nessa luta.

Gostaria de agradecer o discurso da Deputada Elaine Matozinhos e de abraçar carinhosamente as Deputadas Maria Olívia e Maria José Hauelsen. Creio que somos referência para o Estado. Espero que possamos continuar com equilíbrio e sensatez.

Concluindo, gostaria de lembrar Che Chevara, que falava: "Há que endurecer, sim, sem perder a ternura jamais". As mulheres são a marca disso para o nosso País. Muito obrigada.

#### Palavras da Deputada Maria José Hauelsen

Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, senhores visitantes do Mato Grosso, Sras. Deputadas, minhas companheiras e amigas Maria Olívia, Elbe Brandão e Elaine Matozinhos, senhoras componentes da Mesa, prezadas homenageadas, senhores e senhoras que nos escutam, o dia 8 de março tem que ser lembrado e relembrado, com certeza, por muitas vezes. É a oportunidade que temos para despertar muitas pessoas que ainda não estão conscientes do problema de discriminação que a mulher ainda sofre. Assim, essas pessoas também poderão começar a pensar na luta de libertação que não começou agora e não vai terminar por estes tempos.

Não podemos desanimar. Costumo dizer que quando vamos ver se houve ou não avanço, temos que pensar nos tempos histórico e cronológico. Só avaliamos o pequeno avanço que houve nessa luta e nessa conquista das mulheres quando procuramos, sobretudo, ver as nossas famílias. Ao vermos como era a situação dos nossos antepassados, das nossas avós - e, quem sabe, até alcançamos a história dos nossos bisavós -, dos nossos pais, da nossa geração, dos nossos sobrinhos e filhos que estão chegando e vivendo agora, avaliamos que houve avanço - muito aquém daquele que gostaríamos que tivesse acontecido.

Estamos vivendo a democracia como um processo. A democracia não cai pronta do céu. Ela acontece na medida em que nos tornamos sujeitos da nossa luta. Por isso, neste dia, temos a grande oportunidade de homenagear e de receber homenagens, mas, antes de mais nada, de conscientizar e de apresentar para os outras mulheres exemplos de luta, de dignidade de vida e de conquista. Cada uma de nós, como já foi dito aqui, teve que se esforçar para escolher três pessoas, não porque fosse difícil escolher, mas porque eram muitas as que mereciam ser escolhidas.

Mas buscamos, da melhor maneira possível, aquelas que pudessem representar outras tantas mulheres que têm também uma vida de luta e de sofrimento.

Sou de Teófilo Otôni, da região do Mucuri e conheço bem a luta e o sofrimento dessa região e da do Jequitinhonha. Por isso, as companheiras que hoje estou homenageando vieram dessas regiões. Temos aqui Elguita Starick Wnuk, como se pode ver, descendente da raça germânica, no porte, no tipo, no nome e nos sobrenomes.

Elguita é professora, há muito tempo militando nas comunidades, nos movimentos populares, nos movimentos de igreja, dando aula, ajudando o povo mais carente, e, agora, foi eleita Vereadora em Teófilo Otôni. Já se destaca na Câmara Municipal pela sua segurança, pela sua luta, sendo eleita, logo ao chegar, 1ª-Secretária.

Temos, ao lado da colega Elguita, a Maria do Carmo Ferreira da Silva, a Cacá, conhecida em todo o Estado, Prefeita eleita e reeleita de uma das cidades mais pobres de Minas Gerais, Araçuaí, no vale do Jequitinhonha. Cacá também é professora, formada em Ciências Sociais. Acompanha o trabalho de assistência social. É graduada pela PUC e desenvolveu e desenvolve todo o tempo, como assistente social, um trabalho benéfico e bonito no vale do Jequitinhonha, sobretudo com os excluídos, os mais pobres. Elegeram-se Prefeita de Araçuaí contrariando toda aquela situação de coronelismo que nós, dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, conhecemos: uma situação de machismo. É da raça negra, pequena em tamanho, mas grande nos atos e coragem. Fez uma administração que agrada e agradeu. Por isso foi reeleita. Recomeça ou continua a sua luta.

Temos, mais adiante, a Dra. Reneuda, que vive conosco em Teófilo Otôni há algum tempo. Já assimilou a nossa vontade e a nossa luta de mudança. É Juíza Eleitoral e Juíza da Infância e da Adolescência em Teófilo Otôni. Podem imaginar a coragem e a garra que tem esta mulher para ser Juíza numa cidade onde os desmandos são permanentes e constantes, onde a luta eleitoral não é fácil. Soube conduzir o processo eleitoral em nossa cidade com lisura. Claro que não conseguiu, apesar de todo o seu empenho, impedir toda a fraude que, com certeza, aconteceu, mas o que dependia dela e do seu trabalho ela colocou em prática, com lisura e justiça.

A Dra. Reneuda enfrenta outro problema. Vivemos, no presente momento, uma situação grave e crítica com as nossas crianças: há crianças se prostituindo aos 12 anos, entregando-se às drogas, abandonadas ao nascer pelos pais, que não têm condições de sustentá-las e criá-las. Essas crianças estão em várias creches da cidade e sofrem um boicote sério e grave por parte da Prefeitura Municipal, que não considera sua a incumbência de cuidar de crianças, meninos de rua e abandonados. A Dra. Reneuda tem essa luta pela frente e está se empenhando para que a justiça seja feita, para que essas crianças, que foram abandonadas e desamparadas pela sociedade, contem com o apoio da justiça de Teófilo Otôni.

Amigos, temos, além de vocês, outras mulheres homenageadas, presentes nesta Casa: as trabalhadoras rurais, que também estão em busca dos seus direitos. Estão fazendo um jejum de protesto, porque não têm conseguido o que lhes é de direito e indispensável para uma vida com dignidade.

Queremos, então, cumprimentar as trabalhadoras rurais que estão, nesses dias, em Belo Horizonte, buscando direitos que lhes são constantemente negados pelas autoridades. É interessante que, ao colocar suas reivindicações, elas reconhecem suas conquistas, já que, em nossas lutas, se não tivéssemos momentos de alegria - pois avançamos, com certeza -, a maioria, ou quase a totalidade, cairia pelo caminho. As trabalhadoras rurais, ao analisar sua luta, reconhecem algumas conquistas, mas falam, em seu folheto: "Ainda temos todas as razões para lutar". São 56% de trabalhadoras sem acesso a todos os seus direitos; apenas 15% de assalariadas com carteira assinada; 60,6% engravidam entre 15 e 21 anos de idade; e não contam com política de saúde. Diz o boletim: "Prosseguimos lutando por: reforma agrária, políticas de incentivo à agricultura familiar e valorização do trabalho da mulher; políticas sociais, em especial pelo atendimento integral à saúde da mulher; condições de igualdade, justiça e pelo exercício pleno de nossa cidadania". Estamos vendo, nesse boletim, que elas reconhecem seu avanço, mas sabem quanto ainda há por fazer.

É assim que caminhamos. Por isso, neste Dia Internacional da Mulher, aproveitamos não apenas para festejar, apesar de isso ser importante, uma vez que ninguém é de ferro, mas também para refletir e chamar outras para nossa luta, pois todos temos que ser sujeitos de nossa história. Lembro que a democracia só avança com a participação plena e com o nosso engajamento no movimento. Não se faz história para o povo, nem sem o povo. A história é feita pelo próprio povo, que, fazendo-a, nela se transforma. Queremos essa transformação, sendo sujeitos da nossa história, fazendo a nossa revolução e mudança, com apoio dos homens esclarecidos e conscientes que estão a nosso lado, sustentando-nos nesta caminhada.

Registro, a pedido da Deputada Elaine Matozinhos, a presença de Geralda e Sueli, da Associação Comunitária do Bairro Guarani. Muito obrigada.

Sr. Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, colegas Deputadas, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, estava observando nosso Plenário. Há 11 anos estou nesta Casa, e há 11 anos este dia é lembrado por nós, Deputadas mineiras.

Ontem, em um debate na TV Assembléia, eu lembrava quanto a mulher tem sido respeitada.

Mas, Sr. Presidente, nunca vi tantos homens presentes no Plenário no Dia Internacional da Mulher. Cumprimento esses homens que passaram a respeitar as mulheres, as donas de casa, as empresárias e as políticas. Dou um conselho às mulheres que ainda não entraram na política: ela é bela quando voltada para o bem, e não para o mal. Esse é um incentivo que faço a todas vocês. Em sua cidade e em seu bairro, filiem-se a um partido político e disputem a eleição. Sabemos que isso é muito difícil para nós. Nesta Casa, há 77 cadeiras de Deputados, e apenas 4 são ocupadas por mulheres. Isso é pouco. As mulheres têm de ter a coragem para enfrentar a urna. Observamos que, nesta Casa, as Deputadas estão sempre voltadas para a área educacional, como a Deputada Maria José Hauelsen, que está comigo há 11 anos. Ela é uma lutadora na área da educação. A Deputada Elaine Matozinhos foi a primeira Delegada da Delegacia de Mulheres, que foi criada pelo então Governador Hélio Garcia. Aqui, tem lutado muito em favor da mulher, que é agredida todos os dias. A Deputada Elbe Brandão, que é a mais nova em idade, também desenvolve um trabalho muito bonito na área do turismo. Ela é uma Deputada muito inteligente e capaz e assumirá um dos grandes postos da Casa na Presidência do Deputado Antônio Júlio.

Como já foi dito, há apenas três mulheres a serem homenageadas. Faça isso como se estivesse homenageando todas as mulheres brasileiras, principalmente as que lutam na área social. A Prefeita de Santo Antônio do Amparo, Sra. Abigail, esteve hoje, pela manhã, no Palácio da Liberdade recebendo a Medalha da Associação Mineira dos Municípios. Ela estava a caminho da Assembléia quando foi chamada ao Hospital Madre Tereza, porque a sua sogra está muito mal. Justifico a sua ausência, pois está em Belo Horizonte, mas não pôde vir à Assembléia. A homenageada é uma mulher dinâmica, uma administradora de empresas que dedica sua vida às crianças carentes de Santo Antônio do Amparo. Administrando uma creche, desenvolve um trabalho social muito bonito.

Ela chegou, agora, à Prefeitura e tenho a certeza de que fará uma grande administração. Aqui quero justificar a sua ausência.

Aqui temos a D. Doraci Fiúza, uma senhora batalhadora, da cidade de Dolores do Indaiá, no Oeste de Minas, região que vem enfrentando a febre amarela e a dengue. Doraci faz um belo trabalho social, é uma política de bastidores; jamais disputou uma eleição, mas vive a política. É pessoa por quem tenho o maior respeito. Fizemos um grande trabalho na área social, junto ao asilo e à Sociedade São Vicente de Paulo. Ela divide a cidade de Dolores do Indaiá e Belo Horizonte em duas residências: lá, trabalhando como empresária; aqui, lutando para levar benefícios para os menos favorecidos. A você, Doraci, o reconhecimento não da Deputada Maria Olívia, mas da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A nossa terceira homenageada é Maria Bernadete Guimarães, da cidade de São Lourenço, Sul de Minas. Ela administra uma creche com mais de 400 crianças. Filha de políticos, o pai foi Vereador por seis mandatos consecutivos, e ela disputou as eleições, sendo a mais votada Vereadora pelo PSDB. Tem uma vida toda dedicada à área social, professora, educadora, conhecida em toda a região do Sul de Minas. Ultimamente, dedica-se à defesa do turismo na cidade. Ela faz um excelente trabalho político-partidário e, principalmente, social. Meus agradecimentos a todos. O Dia Internacional da Mulher é um dia para reflexão. Agradeço a presença masculina nesta Casa.

#### Entrega de Placas

O Sr. Presidente - Numa homenagem da Assembléia Legislativa à mulher, as Deputadas desta Casa farão a entrega de placas comemorativas com o seguinte teor: (- Lê:)"A grande aventura jamais teria sido possível sem a presença da mulher. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais cumprimenta pela passagem do Dia Internacional da Mulher, pelas suas conquistas. Deputado Antônio Júlio, Presidente. Belo Horizonte, 8 de março de 2001."

O locutor - Senhoras e senhores, antes de iniciar a homenagem, gostaríamos de dar ciência a todos de que a Deputada Federal Maria Elvira fez chegar às nossas mãos, através de sua assessora Fernanda Fernandes Sobreira Correia, correspondência em que justifica sua ausência em razão de compromissos previamente agendados, e manifesta suas congratulações com todas as mulheres presentes pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Convidamos as Sras. Telma Blandina Wenceslau, Prefeita de Minas Novas; Maria Lúcia Alves Dias, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação de Belo Horizonte, Contagem e Região; e Sandra Terezinha de Melo Rocha, Diretora Executiva da Comunidade Batista Shalom Internacional, para receberem as placas.

Convidamos a Deputada Elaine Matozinhos para fazer a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Solicitamos às homenageadas a gentileza de retornar aos seus lugares. Neste momento, convidamos as Sras. Pedrelina Alcântara de França, artesã gorutubana; Geni Maria Gonçalves, servente de limpeza desta Casa; e Maria do Rosário Caiafa, Ouvidora de Polícia do Estado. Para fazer a entrega das placas, convidamos a Deputada Elbe Brandão.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos as Sras. Elguita Starick Wnuk, Vereadora de Teófilo Ottoni; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Prefeita de Araçuaí; e Renilda de Alencar Bezerra Moreira, Juíza da Vara da Infância e da Juventude de Teófilo Ottoni. Convidamos a Deputada Maria José Hauelsen para fazer a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Solicitamos às homenageadas a gentileza de retornar a seus lugares. Convidamos a Sra. Maria Bernadete Guimarães, ex-Vereadora de São Lourenço; e a Sra. Doracy Fiúza de Assis, Líder Comunitária de Dolores do Indaiá. Convidamos a Deputada Maria Olívia para fazer a entrega das placas.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - Solicitamos às homenageadas a gentileza de retornar a seus lugares. Obrigado.

#### Apresentação de Poesia

O Sr. Presidente - Assistiremos agora à apresentação de uma poesia, a ser interpretada por Sueli Constâncio.

A Sra. Sueli Constâncio - Jesus sofreu toda a dor, todo o escárnio. Aceitou a morte, morte de cruz, para que, hoje, pudéssemos ser livres e apregoássemos liberdade.

Getsêmani, de Mário Barreto França.

- Declama-se a poesia.

O Sr. Presidente - Exmas. Sras. Deputadas Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen, Maria Olívia; Ten.-Cel. Luciene Magalhães de Albuquerque, Delegada Noemy Barros Guimarães, Exma. Sra. Umbelina Lopes, Exmo. Sr. Deputado Nico Bacarat, Exmo. Sr. Deputado J. Barreto, Prefeitos, Vereadores, funcionários da Casa, jornalistas e repórteres que cobrem as atividades da Assembléia Legislativa, autoridades civis e militares, Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais da FETAEMG, neste momento, presto homenagem à D. Geni Maria Gonçalves, servente de limpeza desta Casa, por meio da qual saúdo todas as serventes, que nos prestam um grande serviço. Já constitui no Legislativo mineiro uma bela tradição esta que cultivamos, de celebrar o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de data que nos diz de perto à emoção e ao sentimento, porque homenageia aquela que nos gerou e que nos ilumina pela vida afora.

Quando iniciamos a existência, recebemos um bloco de mármore e as ferramentas necessárias para convertê-lo em escultura. Esse bloco é nosso corpo, formado nas entranhas da mãe amorosa e amável. Já as ferramentas são o desvelo e a orientação que a genitora nos consagra ao longo dos anos e que depois se completam no convívio inestimável de nossas companheiras.

Diz a velha sabedoria chinesa que uma alegria compartilhada se transforma em alegria dupla, enquanto a dor compartilhada é meia dor. Eis aí uma verdade imutável que nós, homens, podemos comprovar a cada dia: sem a solidariedade feminina, as alegrias e as dores teriam para nós outra dimensão. As primeiras seriam menos gratificantes, ao passo que as outras golpeariam mais fundo.

Muito se fala sobre a crescente importância da participação da mulher no mundo atual. Equiparando-se ao homem e, não raro, colocando-se superior a ele, ela se afirma no trato da causa pública, nas profissões liberais, nas letras e nas artes. Em todos os ramos, enfim, a mulher se destaca pela inteligência e pela sensibilidade que não excluem a firmeza e a capacidade de trabalho.

No Palácio da Inconfidência, já há várias legislaturas, as colegas parlamentares abrilhantam as nossas lides. Hoje, aqui temos as nobres companheiras Deputadas Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen e Maria Olívia, que continuam a positiva tradição de suas predecessoras. Às caras colegas, reservamos nossa admiração e reconhecimento pela contribuição valiosa ao parlamento de Minas Gerais.

Pessoalmente, devemos reconhecer que nossa formação não se completaria e nossas realizações não seriam concretizadas, se não contássemos com o carinho e o incentivo de nossa esposa e de nossas filhas. É pensando nelas que proferimos estas palavras, em uma de nossas primeiras e mais gratas manifestações na Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. E é nessa honrosa condição que estendemos à mulher brasileira e, em especial, às nossas coestaduanas a mensagem de sincero apreço da Casa do povo mineiro. A Presidência agradece a presença das autoridades e dos demais convidados.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Tereza Lara, Antônio Júlio e Miguel Martini (substituindo este ao Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Cabo Morais, Márcio Kangussu e José Henrique. A Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e determina ao Deputado Antônio Júlio que faça a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Após, a Presidente informa que a reunião se destina a debater com convidados a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000, do Governador do Estado, que adapta a Constituição Estadual à Constituição Federal, em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição nº 18, de 5/2/98, e dá outras providências. Ato contínuo, a Presidente convida a compor a Mesa o Ten.-Cel. Fernando Muniz, representando o Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG; o Cel. Sóter do Espírito Santo Baracho, Diretor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação do IPSM, e o Cel. João Líbério da Cunha, Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica do IPSM, ambos representando o Cel. Mamede Campanha de Souza, Presidente do IPSM; o Maj. Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais da PMMG; o Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares da PMMG - ASPRA -; o Cel. Ari de Abreu, Comandante da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; o Cel. Edivaldo Picinini, Presidente do Clube dos Oficiais da PMMG - COPM -; o Cel. Zéber do Patrocínio, Vice-Presidente da União de Pessoal da PMMG - UPPM -, representando o Cel. Décio Pereira da Silva, Presidente da UPPM, e o Cabo Adalberto dos Santos Valadares, Presidente do Clube Social dos Cabos e Soldados - CSCS. A seguir, a Presidente passa a palavra ao relator, Deputado Antônio Júlio. Logo depois, os componentes da Mesa, cada um por sua vez, fazem uso da palavra para tratar da matéria objeto da Comissão. A Presidência é passada ao Deputado José Henrique. A seguir, é aberta a fase de debates, durante a qual os Deputados Cabo Morais, Miguel Martini e José Henrique fazem uso da palavra. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2000.

Maria Tereza Lara, Presidente - Antônio Júlio - Miguel Martini.

#### ATA DA 54ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia seis de dezembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Chico Rafael e Cristiano Canêdo (substituindo este ao Deputado Arlen Santiago, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Durval Ângelo, Ambrósio Pinto, Márcio Kangussu e Eduardo Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Tarcísio Delgado, Presidente da Associação Mineira de Municípios (publicado no "Diário do Legislativo" em 30/11/2000); Geraldo Barbosa Leão Júnior e Itamar Roberto da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos (publicados no "Diário do Legislativo" em 1º/12/2000). A Presidência informa, ainda, o recebimento das seguintes proposições, para as quais indicou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 1.143/2000 no 2º turno (Deputado Agostinho Patrús) e 1.165/2000 no 1º turno (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Doutor Viana apresenta requerimentos em que solicita a inversão da pauta desta reunião e a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.197/2000. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Em seguida, o Deputado Chico Rafael apresenta requerimento em que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 31/2000. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana, relator do Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário, ao Projeto de Lei nº 358/99, no 2º turno, emite parecer por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Chico Rafael solicita vista da matéria, o que lhe é deferido pelo Presidente. A seguir, o Deputado Agostinho Patrús, relator do Projeto de Lei nº 1.143/2000 no 2º turno, emite parecer pela aprovação da proposição na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 1.000/2000 no 1º turno, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Doutor Viana, que, na oportunidade, solicita o prazo regimental para emitir parecer, o que lhe é deferido pela Presidência. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael, relator do Projeto de Lei Complementar nº 17/99 no 2º turno, emite parecer pela aprovação do projeto, na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 19. Na fase de discussão, a Presidência informa que seis propostas de emenda protocoladas na assessoria da Comissão foram retiradas por seus autores, sendo quatro do Deputado Ambrósio Pinto e duas do Deputado Cristiano Canêdo. Os Deputados Durval Ângelo, Márcio Kangussu, Eduardo Brandão e Cristiano Canêdo usam a palavra e apresentam propostas de emenda. Encontra-se também em poder da Mesa proposta de emenda do Deputado Ambrósio Pinto, protocolada na assessoria da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Cabo Morais. Anunciada a fase de votação, o Deputado Cabo Morais apresenta requerimento em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 6 a 9, contidas no parecer do relator. A Presidência coloca em votação o parecer, salvo destaques e propostas de emenda, o qual é aprovado. Após, são colocadas em votação e aprovadas as Emendas nºs 6 a 8. Colocada em votação a Emenda nº 9, é esta aprovada, com voto contrário do Deputado Cabo Morais. Em seguida, são colocadas em votação e aprovadas as propostas de emenda dos Deputados Durval Ângelo, Márcio Kangussu, Cristiano Canêdo e Eduardo Brandão. Colocada em votação, é rejeitada a proposta de emenda do Deputado Ambrósio Pinto. O relator, Deputado Chico Rafael, concordando com as alterações do parecer, emite a nova redação deste, que é aprovada pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. Está em poder da Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja convidado o Ten.-Cel. Sátiro, Presidente do inquérito policial militar que está apurando as circunstâncias que levaram à morte do policial civil Sílvio Batista Ferreira, em 2/11/2000, em virtude de conflito envolvendo o referido servidor e policiais militares que atendiam a uma ocorrência no Bairro Jardim América, nesta Capital, a fim de que preste esclarecimentos sobre o andamento das apurações. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente - Cabo Moraes - Cristiano Canêdo - Sargento Rodrigues - Eduardo Brandão.

#### ATA DA 51ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às onze horas do dia dezoito de dezembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Miguel Martini, Pastor George e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente distribui ao Deputado Cristiano Canêdo o Projeto de Lei nº 1.264/2000, no 1º turno. Prosseguindo, passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Na ausência do Deputado Edson Rezende, o Presidente, Deputado Miguel Martini, redistribui o Projeto de Lei nº 1.229/2000, no 1º turno, ao Deputado Cristiano Canêdo, que, estando em condições de proferir seu parecer, o faz, concluindo pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada. Submetido a discussão e votação, é este parecer aprovado. Neste interím, comparece à reunião o Deputado Edson Rezende. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.179/2000 (relator: Deputado Cristiano Canêdo). A seguir, o Presidente submete a votação, em turno único, o Requerimento nº 1.804/2000. Fazem uso da palavra, para encaminhar a votação, os Deputados Edson Rezende, Cristiano Canêdo e Miguel Martini. Submetida a votação, é esta matéria aprovada. A seguir, a Presidência passa à discussão e à votação dos Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 898, 1.166, 1.173 e 1.228/2000, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2001.

José Braga, Presidente - Carlos Pimenta - Adelmo Carneiro Leão - Marco Régis.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da cpi da saúde

Às quinze horas e quinze minutos do dia sete de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Marcelo Gonçalves e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Fausto Ferrer Frôes, Superintendente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG -, e Francisco Leopoldo Lemos, Coordenador de Zoonoses da Secretaria de Estado da Saúde. O Presidente passa a palavra ao Sr. Fausto Ferrer Frôes, que se identifica e tece suas considerações iniciais. O Deputado Rêmoló Aloise se ausenta dos trabalhos. Os Deputados Alberto Bejani e Marco Régis comparecem à reunião e assumem suas funções. Prosseguindo, o primeiro depoente é questionado pelos Deputados Edson Rezende, Marco Régis, Alberto Bejani, Adelmo Carneiro Leão e Hely Tarquínio. Encerrada a participação do Sr. Fausto Ferrer Frôes, a Presidência agradece a sua colaboração e suspende a reunião por 2 minutos para que o depoente possa se retirar. Reabertos os trabalhos, o Presidente passa a palavra ao Sr. Francisco Leopoldo Lemos, que se identifica, faz sua exposição inicial e, em seguida, é questionado pelos Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis e Hely Tarquínio. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Edson Rezende apresenta dez requerimentos. Os cinco primeiros, dirigidos ao Superintendente da FHEMIG, solicitam: 1 - cópia do documento que determinou a nomeação dos servidores concursados, em cumprimento de ordem judicial, conforme mencionado no depoimento prestado sob compromisso à Comissão, ao ser indagado sobre as providências tomadas para resolver o problema; 2 - cópia do laudo de sindicância feita no Hospital Maria Amélia Lins, bem como das denúncias que levaram à investigação; 3 - cópia do laudo de auditoria feita no Hospital Regional Antônio Dias, da cidade de Patos de Minas; 4 - cópia do Novo Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público, sobre a regularização dos contratos administrativos de pessoal e a promoção ou a realização do concurso público para as suas unidades (posterior ao firmado em 22/12/98); 5 - cópia dos seguintes documentos: a) o termo de cessão de uso da área integrante do Hospital Cristiano Machado, em Sabará, de 294.300m2, e a portaria que o anulou; b) o estudo ou o parecer, se existente, que motivou a anulação da cessão de uso, já que é mencionada a desobediência aos requisitos legais na Portaria nº 1.244/99; c) os documentos que comprovem a propriedade, a saber, o registro imobiliário ou documento que o substitua; d) demarcação ou levantamento topográfico da área, detalhamento sobre a existência de área construída, inclusive licença da Prefeitura; e) documentos que comprovem que a FHEMIG está enviando esforços para a retomada do terreno (notificações, pareceres, ações judiciais, etc.); f) quaisquer outras informações que julgar necessárias para o esclarecimento dos fatos. Dois requerimentos são dirigidos ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando: 6 - cópia dos resultados da avaliação da efetividade do produto Bactivec, nas etapas já concluídas; 7 - o "Manual de Normas do Programa do Ministério da Saúde", conforme depoimento prestado pelo Coordenador de Zoonoses (Programa de Controle da Febre Amarela e da Dengue). O oitavo requerimento, dirigido à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, solicita informações a respeito da abertura de concurso público para prover o quadro de funcionários da FHEMIG. O nono requerimento solicita que sejam ouvidos pela Comissão os Srs. Marcos José M. de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde de Mateus Leme, e Roberto Eustáquio Righi, ex-Secretário Municipal de Saúde de Ibitiré. O décimo requerimento solicita que seja enviado à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa pedido de análise sobre a resposta encaminhada à Comissão pela Secretaria da Receita Federal - Superintendência da Receita Federal da 6ª Região Fiscal, informando não poder fornecer os dados relativos às operações de importação realizadas pela FUNED nos meses de novembro e dezembro de 1999, por estarem elas sob a proteção de sigilo fiscal. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente informa que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração do Sr. Francisco Leopoldo Lemos, Coordenador de Zoonoses da Secretaria de Estado da Saúde, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 8 de março, quinta-feira, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Edson Rezende - Marco Régis - Alberto Bejani.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 217ª reunião ordinária, EM 13/3/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.631/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda informações sobre o repasse ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais dos valores recolhidos ao Tesouro do Estado como taxa de fiscalização. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.653/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita informações ao Governador do Estado acerca do convênio celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil com a finalidade cobrar a dívida ativa estadual e outras informações que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.654/2000, do Deputado Miguel Martini, em que solicita ao Secretário de Estado da Casa Civil a relação das aeronaves do Governo, com especificação da origem, do destino e da duração de cada missão, no período correspondente aos últimos três meses. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.689/2000, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Presidente do BDMG o envio a esta Casa de cópias dos contratos e anexos referentes a verbas destinadas e a verbas liberadas por meio do Fundo SOMMA para o Município de Caratinga. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, que extingue o Fundo SOMMA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º de seu art. 5º.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de Lesão por Esforço Repetitivo - LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/89, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 498/99, da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e do uso alternativo do solo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 11, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 2 a 11, apresentadas pela Comissão de Política Agropecuária, e 12 e 13, que apresentou, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Política Agropecuária. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 14.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.644, de 17/10/97, que autoriza a CODEURB a doar à COHAB-MG o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.410/2001, da Mesa da Assembléia, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 605/99, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Monte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 718/99, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais -COHAB-MG-, a renegociar dívidas e a promover liquidação oriundas de operações creditícias realizadas entre a COHAB-MG e os mutuários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 719/99, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que menciona. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 909/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a fabricação de medicamentos genéricos pela Fundação Ezequiel Dias. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do

Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde, e pela rejeição da Emenda nº 2, apresentada pela Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 930/2000, do Deputado Paulo Piau, que cria o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO Agrícola. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/3/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Requerimentos nºs 1.690/2000, do Deputado Miguel Martini; 1.757/2000, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 1.762/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.770/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.771/2000, do Deputado Amilcar Martins; 1.773/2000, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.782/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.787/2000, da Comissão Especial do IPEM; 1.803/2000, do Deputado Amilcar Martins; 1.814/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 1.815/2000, do Deputado Alberto Bejani; 1.816/2000, da Comissão de Saúde; 1.825/2000, do Deputado Mauro Lobo; 1.828/2000, do Deputado Rogério Correia, e 1.852/2001, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

#### Ordem do dia da 58ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 13/3/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 54 e 269/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.290/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.321/2000, dos Deputados Cristiano Canêdo e José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.087/2000, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.161/2000, do Deputado Antônio Júlio; 1.280/2000, do Deputado Dilzon Melo; 1.287 e 1.294/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.298/2000, do Deputado Paulo Pettersen; 1.301/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.307/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.308/2000, do Deputado Luiz Fernando Faria; 1.309/2000, da Deputada Elbe Brandão; 1.312/2000, do Deputado Bené Guedes; 1.315 a 1.318/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.320/2000, do Deputado Amilcar Martins; 1.330/2000, do Deputado Luiz Fernando Faria; 1.352 e 1.356/2001, do Deputado Sebastião Costa; 1.366/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.385 e 1.386/2001, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 14/3/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.831 a 1.835/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.903/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.922/2001, do Deputado Pastor George e 1.937/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.276/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.838/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.855/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.864 a 1.870/2001 e 1.873/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.886/2001, do Deputado Arlen Santiago; 1.888/2001, do Deputado Chico Rafael; 1.887/2001, do Deputado Arlen Santiago; 1.891 a 1.899 e 1.901/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.923/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.924/2001, do Deputado Djalma Diniz; 1.933/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.942, 1.943 e 1.945/2001, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 14/3/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. João Batista Magro Filho, ex-Superintendente da FHEMIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da CPI do FUNDEF, a realizar-se às 10 horas do dia 15/3/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 13/3/2001, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA; dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado; 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER; 14.605, que dispõe sobre o programa permanente de renda mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados; 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B; 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/89, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; e à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais; dos Projetos de Resolução nºs 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial, e 1.410/2001, da Mesa da Assembléia, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 498/99, da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e do uso alternativo do solo no Estado; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.644, de 17/10/97, que autoriza a CODEURB a doar à COHAB o imóvel que especifica; 605/99, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Monte; 718/99, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Estado de Minas Gerais, por intermédio da COHAB, a promover liquidação e renegociar dívidas oriundas de operações creditícias realizadas entre a COHAB e mutuários; 719/99, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que menciona; 909/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a fabricação de medicamentos genéricos pela Fundação Ezequiel Dias; e 930/2000, do Deputado Paulo Piau, que cria o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO Agrícola; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Multas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ambrósio Pinto, Antônio Andrade, Mauro Lobo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Alberto Bejani, Presidente.



#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais à Proposição de Lei nº 14.689 e às Proposições de Lei Complementares nº 64 e 65

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amilcar Martins, Luiz Tadeu Leite, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Luiz Fernando Faria, Márcio Cunha e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 14.655, 14.661, 14.662, 14.665

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Cristiano Canêdo, José Braga e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 15 horas, no Auditório, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Cristiano Canêdo, Bené Guedes e Geraldo Rezende, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 15 horas, no plenarinho II, com a finalidade de se apreciar o parecer emitido pelo relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Rafael, Durval Ângelo, Eduardo Brandão, e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 15h15min, no Auditório, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Ermano Batista, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.681 e 14.682

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira e José Milton, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

Doutor Viana, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições nºs 14.687, 14.691 e 14.692

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Bilac Pinto, Carlos Pimenta e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de março de 2001.

João Pinto Ribeiro, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 213ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 1º/3/2001

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, funcionários da Casa, imprensa e pessoal da galeria, inicialmente, na minha primeira fala do ano, gostaria de desejar que o ano seja de grande proveito e de grande crescimento para todos nós na Assembléia, em benefício do nosso povo de Minas Gerais.

Na condição de médico, quero falar sobre o problema da febre amarela, que vem assustando e afligindo todos os mineiros. Devemos abordar o assunto, porque qualquer descuido em relação a ela nos pode levar a uma epidemia ou doença a qualquer instante. Há anos essa doença havia sido considerada praticamente erradicada. No entanto, está voltando constantemente, de maneira insidiosa. Nos últimos dez anos, vêm surgindo casos de febre amarela em vários Estados do País. E, mais recentemente, aqui em Minas Gerais. E aqui, bem perto de nós, porque a doença pode ser levada a qualquer canto.

Sabemos que a Secretaria da Saúde já vem se empenhando, mas queremos alertar todos os mineiros e aqueles que não têm certeza se já foram vacinados de dez pra cá a procurar, o mais rápido possível, um posto de vacinação para fazê-lo. O risco existe, e é melhor prevenir que remediar. Sugiro à Mesa que crie um posto de vacinação aqui, na própria Assembléia, para atender os funcionários e as pessoas que freqüentam esta Casa. Sabemos que muitos funcionários vêm do interior, e muitos de nós, também. Todos somos iguais e corremos os mesmos riscos. Seria importante que a Assembléia Legislativa, como a Casa legítima do povo, abrisse um posto de vacinação contra a febre amarela.

A febre amarela não tem tratamento específico. A vacina é o melhor caminho. Após dez dias da vacina, a pessoa já tem uma proteção ativa, que tem 95% de eficácia e dura por dez anos. A vacina é subcutânea, pode dar pequenas reações, mas dá uma proteção de extrema importância.

Em segundo lugar, quero agradecer aos companheiros do PDT a convivência e o trabalho que desenvolvemos juntos, aqui na Assembléia, durante esses dois anos. Não estamos abandonando os companheiros do PDT da minha cidade, das outras cidades do interior, onde pude trabalhar nesses anos. Deixamos o partido, mas o companheirismo e a amizade continuam. Quero, de público, agradecer a todos a convivência que tivemos e o trabalho que desenvolvemos nesse período com os colegas Deputados, com o pessoal dos gabinetes e com os amigos que fizemos no partido. Desejamos-lhes muito sucesso.

Quero também agradecer ao meu novo partido o convite que me foi feito por Deputados Estaduais e Federais, pelo Presidente do partido e pelo Vice-Governador. Após examinarmos e discutirmos com os companheiros o convite, passamos a ser Deputado do PMDB desde o início deste ano. Sinto-me honrado. Vamos continuar o trabalho, porque o mais importante não é o partido, mas o trabalho em benefício do nosso povo e do nosso Estado. Quanto a isso, vamos trabalhar diuturnamente.

Quero também chamar a atenção para o aniversário da cidade de Três Marias, que completa, hoje, 38 anos de emancipação. Desejamos ao seu Prefeito Municipal recém-eleito, o Pe. Gê, a José Antônio, seu Vice-Prefeito, a toda a Câmara de Vereadores e a todo o seu povo muitas felicidades e um ano de grande desenvolvimento e progresso.

Quero também ressaltar o trabalho da Fundação Monsenhor Messias, em Sete Lagoas. Há quase um ano, vimos, pela imprensa, aquela fundação sendo questionada com relação aos seus cursos, principalmente o de Direito. O Prof. Marcelo Viana, seu Diretor-Presidente, num trabalho que lhe é peculiar, de dedicação, profícuo e incessante, conseguiu unir-se, por meio de uma parceria, com a UFMG, e superar todas as necessidades cobradas pelo MEC.

Hoje a Faculdade de Sete Lagoas está regularizada, e sua tão cobrada biblioteca está em estado avançado de construção, para ser, em breve, entregue a todos os estudantes.

Quero parabenizar o Prof. Marcelo Viana, da Faculdade de Direito, que tão prontamente se adequou às necessidades do Ministério da Educação, que cobrava alguns itens para que se pudesse dar continuidade ao curso. Para nossa alegria, o vestibular foi coroado com pleno êxito. Parabéns a toda a direção daquela casa, que, em breve, estará sendo transformada em uma universidade, realizando o grande sonho da cidade e de todos os mineiros.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Quero ressaltar a questão colocada por V. Exa. referente à febre amarela. O combate a essa doença já foi anunciado há alguns anos, quando alguns focos foram identificados em determinadas cidades do Sudeste. Naquele momento, levantava-se a questão sanitária e da saúde preventiva, e não se tomou qualquer medida no sentido de identificar os focos e fazer um diagnóstico dos casos, para futura decisão política de erradicação da doença. Não se tomando as medidas necessárias, Minas Gerais se torna, hoje, o foco da vergonha nacional na questão da febre amarela, doença do século passado que já devia estar erradicada no País há anos. Esse fato é um termômetro que demonstra o que o País vive e o que têm feito as autoridades nacionais a respeito do assunto.

Nesse ponto, temos que chamar a atenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o controle de diversas doenças que já deviam estar erradicadas no Brasil. Esse é mais um dado relativo ao desleixo com que as autoridades têm tratado a prevenção e a promoção da saúde, deixando que a doença se torne uma epidemia para depois tomar atitudes.

É uma lástima estarmos falando sobre febre amarela em Minas Gerais, mas é necessário que se tomem medidas urgentes, já que alguns óbitos ocorreram supostamente causados pela febre amarela. Faço coro com V. Exa. para sugerir que a Secretaria da Saúde faça uma vacinação em massa, especialmente nas cidades circunvizinhas aos focos.

Doutor Viana, gostaria de encaminhar, junto com V. Exa., um requerimento por escrito à Secretaria da Saúde, para que se tomem, com urgência, as medidas cabíveis com relação à prevenção e ao combate ao mosquito "Aedes Aegypti", que se tornou urbano e pode transmitir a doença, se já não estiver transmitindo. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado. Essa é uma característica de nosso País: deixar acontecer para depois correr atrás do prejuízo. Sabemos os riscos, mas, com essa política, esperamos tudo acontecer para depois solucionar.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Ilustre Deputado Doutor Viana, faço coro com o ilustre Deputado Edson Rezende em sua manifestação. Esta Casa deve buscar, junto à Secretaria da Saúde, uma solução mais rápida para esse problema por que o Estado está passando.

Parabenizo V. Exa. com relação à citação da Faculdade de Sete Lagoas, onde estive no mês passado. Participei de um encontro com o Prof. Marcelo Viana e pude conhecer a seriedade com que lá são desenvolvidos os estudos jurídicos e pedagógicos nas várias escolas, buscando a criação de uma universidade. Sete Lagoas é a terra do nosso querido amigo Deputado Ronaldo Canabrava. Sauda V. Exa. Pode ver que são desenvolvidos estudos de primeira qualidade em Sete Lagoas.

O Deputado Doutor Viana\* - Agradeço os dois colegas pelo aparte. Essa situação por que passa o Estado de Minas Gerais é preocupante. Poderíamos não estar passando por isso. Uma vida não tem preço. Comprovadamente, várias pessoas já faleceram em locais bem próximos a Belo Horizonte. Se não agirmos rapidamente, continuaremos amargurando essa situação, e outras vidas poderão ser ceifadas, o que poderia ser evitado. Encerro a minha fala desejando a todos um ano profícuo e com muito trabalho em benefício do povo de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, demais colegas Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, nesta quinta-feira depois do carnaval, abordarei um assunto muito especial. Na semana que vem, teremos de voltar a falar sobre esse assunto, mas julgo que seja importante iniciarmos o debate com relação à CEMIG. Esse tema volta à baila devido a uma multa que essa empresa recebeu da ANEEL. O Governador colocou-se na condição de recorrente, através da CEMIG. Voltou, então, à tona o debate sobre o que seja a CEMIG e o que seria um modelo de privatização, com esta nova etapa em que é exigida da CEMIG a sua desverticalização. Essa é uma exigência da ANEEL, com uma nítida intenção de privatização da CEMIG.

Parabenizo a CNBB por ter escolhido, para este ano, como tema da Campanha da Fraternidade, o combate às drogas em favor da vida. Fui relator da CPI do Narcotráfico do Estado, e a CNBB, ao fazer o lançamento dessa campanha, fez uma solicitação para que a Câmara Federal intalasse uma comissão permanente de combate ao narcotráfico como tema central no Congresso Nacional. Isso é parte do nosso debate aqui na Assembléia, bem como o prosseguimento da CPI do Narcotráfico em Minas, por meio de uma CPI que já tem o número de assinaturas suficiente, dependendo somente da aprovação da Mesa. Estou me referindo à CPI do Crime Organizado. Mas é bom que a CNBB volte a esse tema, porque, pelo relatório, por tudo que pudemos apurar, essa questão das drogas precisa ser mais bem combatida, principalmente do ponto de vista da prevenção. É a isso que a CNBB vai dar ênfase, nessa campanha lançada ontem em nível nacional e que terá seu lançamento hoje em Minas Gerais.

Antes de entrar no tema da CEMIG, não poderia deixar de fazer uma observação sobre algo que predominou antes do carnaval e que certamente agora vai continuar como debate nacional: a disputa política entre o Senador Antônio Carlos Magalhães e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, acelerada a partir da disputa pela Presidência do Senado e da Câmara dos Deputados e ultrapassando muito a disputa pelos cargos. O Senador fez graves acusações contra o Presidente Fernando Henrique, inclusive colocando para o Ministério Público a necessidade de se investigar o Sr. Eduardo Jorge, que foi Secretário Particular do Presidente, o que levaria certamente a corrupção ao próprio Presidente da República. Isso, no meu entender, tem sido tratado de forma indevida por alguns órgãos da imprensa, que preferem agora - não preferiam, antes - desqualificar a denúncia do Senador, como se nada tivesse que ser averiguado, por vir do Senador. É claro que nós, do PT, sempre tivemos uma posição política, ideológica e partidária bastante diferenciada da do Senador Antônio Carlos, mas é preciso reconhecer que faz denúncias graves, que merecem apuração, tanto do Ministério Público quanto das oposições, que buscam isso através de uma CPI, que pode ver a real relação entre aquilo que fez o Sr. Eduardo Jorge e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se pode simplesmente jogar a poeira para debaixo do tapete, tentando descaracterizar quem fez a denúncia. Mesmo tendo divergências profundas com o Senador, temos de cobrar que essas apurações sejam feitas, porque são denúncias extremamente graves contra o Presidente da República, que não quer que nada seja apurado, colocando o fato como mera disputa pessoal.

Colocava em pauta a discussão sobre a CEMIG, dizendo que o Estado de Minas recebeu uma multa, no valor de R\$3.700.000,00, por não se ter a CEMIG subdividido em empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, conforme acordo firmado com a ANEEL e o Governo passado. Na verdade, a ANEEL faz essa exigência para poder reconhecer a CEMIG. Nas suas palavras, uma exigência de que a empresa fosse desverticalizada, ou, melhor dizendo, dividida. É evidente que a divisão da CEMIG em empresas de geração, transmissão e distribuição só tem uma intenção, que é facilitar sua privatização e sua compra. Estudos feitos demonstram que essa divisão, inclusive do ponto de vista econômico, é prejudicial à CEMIG, o que significa que os consumidores de energia elétrica teriam de pagar contas mais caras.

Fato é que o assunto da privatização da CEMIG retorna. Como depende da Assembléia Legislativa a aprovação de qualquer projeto de lei que possa significar a divisão da CEMIG, esse assunto esbarra na Assembléia e dependerá da votação de todos nós, Deputados: se concordamos ou não com essa desverticalização e qual é seu significado.

Uma coisa é certa por parte do Governo Federal, não existe dúvida: o processo de desverticalização está junto com o sonho e com aquilo que vem sendo realizado em diversas empresas hidrelétricas no Brasil, que é o processo de privatização. Devemos estar atentos ao problema da desverticalização. Já existem projetos na Assembléia que dizem respeito a esse assunto e cuidam para que essa privatização não ocorra.

Existe uma proposta de emenda à Constituição, se não me engano de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, dizendo que em relação a pelo menos dois desses setores ficaria proibido qualquer processo de privatização, a não ser que fosse mudada a Constituição. Seria inserir na Constituição a proibição da privatização de duas dessas áreas que seriam desverticalizadas.

Há também uma emenda, que terá de ser vista na comissão da qual faço parte, para incluir todos os três setores, proibindo qualquer tipo de privatização de quaisquer modalidades dessa empresa, caso venha a ser dividida. Isso impediria a privatização, em qualquer hipótese, das empresas ligadas ao setor elétrico.

É um caminho, mas diria que não é o único caminho para barrar essa intenção de privatização da CEMIG. O outro é recorrer à justiça, e nós, aqui na Assembléia, não damos o aval à desverticalização da CEMIG, o que, certamente, dificultará e muito a privatização. Dividir a CEMIG em três é para facilitar o processo de privatização. É isso que o Governo Federal fez em todas as empresas nacionais, como imposição da ANEEL. Aliás, temos de dizer que essas privatizações têm trazido transtornos imensos às populações.

No Rio de Janeiro, nos últimos 15 dias, foram muitos os apagões que aconteceram, e a ANEEL se viu obrigada a notificar a empresa privatizada do Rio de Janeiro para que explicasse o motivo deles. O motivo é muito claro: o processo de privatização, em que a prioridade social é simplesmente desconhecida, sendo reconhecidas apenas as vantagens econômicas imediatas para o Governo que privatiza, com prejuízos para o futuro, para as gerações e para o nosso povo.

Outra forma de impedir o processo de privatização é o que apresentei e aprovamos. Hoje é um dispositivo da nossa Constituição, aprovado recentemente, e é esse o tema que gostaria de abordar: a possibilidade que temos, afinal, de, enquanto legisladores, realizar plebiscitos que sejam de interesse do povo de Minas Gerais, circunscritos ao território mineiro.

Essa proposta de emenda à Constituição foi aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes e nos possibilita a convocação de plebiscito. Falta a regulamentação disso, que deve ser feita por nós mesmos. Já apresentei um projeto de lei regulamentando a realização de plebiscito. Depois, precisaremos de uma resolução interna da Assembléia para definir como proceder a essa convocação de plebiscito.

Isso está em nossas mãos, e depende de nossa vontade política a aprovação desse projeto de lei permitindo à Assembléia a convocação de plebiscito, como já permitia a Constituição Federal e, agora, permitia nossa Constituição Estadual.

Uma hipótese que tenho discutido, inclusive com os companheiros do Sindicato dos Eletricistas, o SINDIELETRÔ, é que a própria Assembléia, com respaldo da sociedade civil organizada, venha a propor a realização de um plebiscito para, de uma vez por todas, sepultar a idéia da privatização da CEMIG, enquanto empresa importante e fundamental em Minas Gerais. Aliás, acho que deveriam ser usados plebiscitos até mais corriqueiramente, com participação popular.

É importante não apenas valorizar a democracia do ponto de vista da eleição de seus representantes, os Governadores, os Deputados, os Prefeitos, os Senadores, os Vereadores, o Presidente da República, mas haver também a participação direta da população naquilo que é questão fundamental da administração pública.

Acho que devemos chamar a população para discutir. Saber se ela dá ela aval ou não a um processo de privatização passa a ser também peça importante do processo de democratização do nosso povo, não só quanto à CEMIG, mas também quanto a outras empresas, como a COPASA, de cuja privatização, vira e mexe, se fala. No meu entender, ela é também tema de um plebiscito: o nosso povo concorda ou não com a sua privatização, deseja ou não que ela continue crescendo?

Enfim, conclamo a Assembléia Legislativa para que faça novamente a discussão e fique atenta quanto aos rumos da CEMIG. Não é à toa que a ANEEL aplicou essa multa à CEMIG. Agora, está procurando obrigar o Governo do Estado a remeter para a Assembléia Legislativa o processo de divisão da CEMIG em três empresas, para facilitar a sua privatização. Portanto, devemos ficar atentos, porque o próprio Governador Itamar Franco, um tempo atrás, chegou a anunciar estudos para viabilizar a privatização da CEMIG.

Assim, acho que nós, Deputados, devemos estar atentos ao conjunto de forças que desejam essa privatização, para tentar evitar esse mal que, no Rio de Janeiro, tem resultado nesses apagões tão denunciados nos últimos 15 dias. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, senhores da imprensa, ocupo a tribuna esta tarde por dois motivos. Primeiramente, gostaria de

informar ao Plenário que estou apresentando a esta Casa um projeto de lei. Não sei se está ocorrendo fato semelhante nas cidades que V. Exas. representam, mas, no caso específico de Santa Luzia, cidade em que sou Deputado majoritário, está acontecendo um fato interessante: a Prefeitura Municipal, há alguns anos, por meio do Decreto-Lei nº 728, de 16/8/76, doou 50% de um imóvel à Câmara Municipal de Santa Luzia e os outros 50% à extinta MinasCaixa. Então, esse prédio vinha sendo utilizado pela Câmara Municipal e pela MinasCaixa desde aquela época até alguns anos atrás.

Quando houve a extinção extrajudicial da MinasCaixa, o imóvel ficou, de certa maneira, desocupado. Com o passar do tempo e com a necessidade da Câmara de aumentar as suas atividades, até com a implantação de gabinetes para Vereadores, que não os tinham, ela ocupou praticamente todo o imóvel. Hoje, no entanto, está vivendo uma situação bastante interessante: a Secretaria da Fazenda do Estado está querendo ocupar esse imóvel. Não entendemos por que o Estado se interessaria pelo imóvel agora, já que a doação foi feita exclusivamente para que a MinasCaixa pudesse exercer suas atividades nesse município. Com a sua extinção, esse imóvel veio a ser ocupado pela Câmara.

Assim, estou apresentando o Projeto de Lei nº 13/83, que visa a que o Estado devolva tal imóvel ao município, para que a Câmara Municipal não fique desalojada, sem condições de exercer suas atividades. Então, gostaria de contar com o apoio de todos os Deputados, para que esse projeto seja aprovado.

Outro assunto que me traz aqui é prestar homenagem à COPASA, empresa onde, como todos sabem, durante 26 a 27 anos, exerci minha vida profissional. Esta homenagem, portanto, é mais do que oportuna.

O Deputado Rogério Correia abordou questão que deve ser motivo de preocupação de todos nós, Deputados, quando se referiu a esse processo que vem se desenrolando e que visa à privatização da CEMIG. Todos sabemos que a intenção do Governo Federal é clara. Pretende privatizar não só o serviço de energia elétrica, como também o de saneamento. A abordagem do Deputado Rogério Correia é muito importante, pois se trata de assunto da maior gravidade, deve ser amplamente debatido nesta Casa. O plebiscito é grande idéia, para que possamos envolver toda a comunidade nesse processo. O que não podemos permitir é que assunto tão delicado venha, de certo modo, a ser decidido de cima para baixo. Em todas essas medidas que o Governo Federal vem tomando, vemos claramente o objetivo de privatizar a CEMIG. Essa multa citada pelo Deputado Rogério Correia é maneira clara de explicitar a sua idéia.

Tivemos recentemente aqui, como já foi dito, um projeto do Deputado Sávio Souza Cruz que visa a dificultar esse processo, e uma emenda do Deputado Amílcar Martins, que também estende ao processo de distribuição essa emenda à Constituição que visa a preservar a empresa. Também apresentei nesta Casa emenda semelhante, com relação à COPASA. Espero que seja aprovada essa proposta de emenda à Constituição, que visa, também, preservar a COPASA, porque impossibilita que o Governo venda a maioria das ações, o que geraria a perda do controle acionário da empresa.

Presto esta homenagem, porque, em face de todas essas dificuldades, as companhias de saneamento, hoje, não têm acesso a nenhum tipo de recurso financeiro. Têm de caminhar com as próprias pernas. Os empréstimos, que eram feitos com recursos do FGTS, pela Caixa Econômica Federal, foram totalmente cortados, são disponibilizados apenas para as empresas privadas. Pasmem os Srs. Deputados: qualquer empresa privada hoje consegue recursos do Tesouro do Estado para aplicar em saneamento, e empresas como a COPASA, que, há quase 30 anos, vem prestando esse serviço, e outras empresas do País estão impossibilitadas de obter recursos para aplicar em saneamento. É muita incoerência.

Essa área, todos sabemos, está ligada diretamente à saúde e é serviço que utiliza mão-de-obra não qualificada - grande problema que enfrentamos, porque o desemprego atinge grande parcela dessa faixa da população. Se aplicássemos em saneamento, estaríamos, pelo menos, minimizando dois graves problemas e melhorando a qualidade de vida da população.

Como funcionário da empresa, como alguém que conhece profundamente os seus serviços, apresento a esta Casa um requerimento, pedindo um voto de congratulações com a COPASA-MG pelos cinco troféus do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS 2000 -, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES.

O PNQS é uma espécie de Oscar do setor. A entrega dos prêmios ocorreu durante o XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária, realizado em Porto Alegre, no final do ano passado.

Os premiados foram os sistemas operados nos Municípios de Frutal, Fronteira, Lavras, Campos Gerais e Virgolândia, os quais, dessa forma, vêm juntar-se às cidades de Araxá, Patos de Minas, Iturama e Santa Vitória, as quais já haviam recebido troféus semelhantes no final de 1999, fazendo da COPASA-MG a recordista nesse tipo de premiação do setor de saneamento no Brasil.

O PNQS nasceu em 1997, com o objetivo de suprir uma lacuna, que era a falta de processos de modernização e instrumentos de gestão para os sistemas de água, esgotos e resíduos. Após cinco fóruns de discussão, nas diversas regiões do Brasil, entendeu-se que a gestão, muito mais que a tecnologia, era a maior falha que se observava no sistema, no momento em que a privatização chegava ao Brasil e se discutia se o poder concedente deveria ficar nas mãos do município ou do Estado. A partir daí, a ABES criou essa ferramenta - o prêmio -, com indicadores e metas muito claras, para melhorar a gestão do saneamento. Conforme o BID e o BIRD, o PNQS se tornou o mais importante prêmio setorial das Américas.

Nas palavras da ilustre Coordenadora-Geral do Comitê Nacional de Qualidade da ABES, Dra. Cassilda Teixeira de Carvalho, "a ABES vem amadurecendo, desde o início dos anos 90, uma forma de atuação dentro do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, que propunha melhorias em todos os setores brasileiros".

O ilustre Presidente da COPASA-MG, Dr. Marcelo Siqueira, que fez questão de ir a Porto Alegre para receber os prêmios em nome do Governo de Minas, assim se manifestou na oportunidade: "A defesa de maior autonomia para o setor de saneamento e de maior valorização dessa atividade, que é vital para o País, pelo fato de estar diretamente ligada à qualidade de vida e à saúde da população". Foi essa a tônica da mensagem que o Presidente da COPASA-MG deixou para a seleta platéia reunida no auditório principal da PUC, em Porto Alegre, na festa de entrega do PNQS 2000.

Por tais considerações, o autor do requerimento solicita seja dada ciência desse ao Presidente da COPASA-MG, Dr. Marcelo Siqueira, e à Coordenadora-Geral do Comitê Nacional de Qualidade da ABES, Dra. Cassilda Teixeira de Carvalho.

O objetivo dessa homenagem é o de mostrar que a COPASA-MG, apesar de todas as dificuldades, apesar da negação de todos os recursos, vem demonstrando que é possível atuar numa área tão importante para a saúde da população mineira. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - DD. Deputado Wanderley Ávila, nosso companheiro de bancada, 2º-Secretário desta Casa, no exercício da Presidência; Srs. Deputados; Deputada Maria José Hauelsen; imprensa; visitantes que nos honram com sua presença nas galerias; não está hoje a Assembléia funcionando com todo o vigor que lhe é peculiar, depois das festividades momescas, que ora se encerram, mas tenho a certeza de que esta simples reunião ordinária, durante a qual Deputados vêm à tribuna para abordar os mais diferentes fatos que interessam ao Estado e ao País, é suficiente para mostrar o interesse, pelo menos, de uma parcela dos Deputados, de manter viva a chama da Assembléia Legislativa na vida do Estado.

Assim sendo, queríamos nos congratular com a fala do companheiro Deputado Doutor Viana, que traz um assunto da maior importância, que é a febre amarela em Minas. Como ele disse, doenças como a dengue e a leishmaniose, as quais já deveriam estar erradicadas, voltam à tona não só em Minas Gerais, mas também em todo o Brasil. E os 11 casos suspeitos de morte por febre amarela em Minas nos fazem, os Deputados da bancada da saúde, como se manifestou o Deputado Doutor Viana e o aparteu o Deputado Edson Rezende e como o fazemos agora, dizer que estamos preocupados desde o carnaval, quando acompanhamos pela imprensa as notícias da febre amarela em Minas Gerais. No ano passado, até aqui, na Assembléia Legislativa, foi montado um posto de vacinação, e tenho a certeza de que quase todos os Deputados foram vacinados.

Queremos levar essa advertência ao Executivo, porque não tem outro papel a Assembléia Legislativa a não ser fiscalizar o Executivo, neste caso. Queremos ter a certeza de que o Gen. Carlos Patrício, Secretário de Estado da Saúde, está atento, porque estamos acompanhando a intensificação da vacinação nos mais diversos postos de saúde. Embora a febre amarela, detectada no Centro-Oeste, em Leandro Ferreira, na região de Lagoa da Prata, seja de natureza silvestre, transmitida por um inseto chamado "Haemagogos", na verdade, pode ser também transmitida pelo mosquito da dengue, o "Aedes aegypti". Gostaria de fazer uma correção para boa parte da imprensa, que freqüentemente pronuncia "A-e-des

egypti". Não sou latinista, mas gostaria de dizer que se pronuncia "édis egypti", porque, se pronunciássemos "a-e-dis", deveríamos pronunciar "a-e-gypti", e não é assim. Esse transmissor da dengue também pode transmitir a febre amarela. Essa é a preocupação dos Deputados da bancada da saúde.

Um outro assunto abordado hoje tem relação com a "desverticalização" da CEMIG. Queria me mostrar afinado com a fala do Deputado Rogério Correia, até porque, na semana passada, fizemos um pronunciamento semelhante. Somos contra a divisão e, como diz o ex-Presidente Aureliano Chaves, contra o esquarteramento da CEMIG. Não queremos a sua fragmentação em empresa geradora, de transmissão e distribuidora de energia elétrica. Temos que encontrar uma maneira de nos comportar diante dessa exigência da ANEEL.

Na verdade, a CEMIG é uma concessionária de energia elétrica, e o poder concedente é o Governo Federal, que, em última instância, pode até cassar a concessão. Temos que encontrar uma maneira de evitar a sua privatização. Já foi dito pelo Deputado Rogério Correia que há uma proposta de emenda à Constituição do Deputado Sávio Souza Cruz que tenta barrar esse processo. O plebiscito preconizado pelo Deputado Rogério Correia é outro instrumento que poderá deter o processo de privatização da CEMIG.

Outro assunto foi levantado pelo Deputado Rogério Correia, na tarde de hoje. Quero me insurgir contra o meu partido, o PPS, porque o nosso Presidente Roberto Freire está dando entrada, juntamente com o PT, no Senado Federal, a um processo contra o Senador Antônio Carlos Magalhães, por quebra do decoro parlamentar. Discordo da posição do Presidente nacional do meu partido, porque não acho que deva ser esse o procedimento.

Acho que devemos investigar, sim, as denúncias formuladas pelo Senador Antônio Carlos Magalhães e gravadas pelo Procurador da República Luiz Francisco. As denúncias devem ser apuradas, e não se deve partir unilateralmente para o processo de quebra do decoro. Se isso for feito, deve também ser instalado processo de quebra do decoro contra o Presidente do Senado Federal, Sr. Jäder Barbalho. Portanto, fica o registro, em primeira mão, da minha discordância de que o PPS participe de um projeto que amesquinha o Congresso Nacional, que é pedir a cassação por falta de decoro do Senador Antônio Carlos Magalhães. Se a roupa suja foi lavada publicamente pelos Senadores Antônio Carlos Magalhães e Jäder Barbalho, não será com a cassação de ACM que encontraremos o melhor caminho.

Outro assunto que gostaria de trazer à tribuna hoje é o falecimento do empresário Walter Moreira Salles, que também exerceu na vida pública os cargos de Ministro da Fazenda e de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, tanto no Governo democrático de Getúlio Vargas como no de Juscelino Kubitschek, bem como o de Ministro da Fazenda, exercido no gabinete parlamentarista do então Presidente João Goulart.

Gostaria de dizer que tenho o dever de abordar a morte desse brasileiro tão importante. Desejaria que a imprensa de Minas Gerais registrasse com maiores detalhes o infausto falecimento, como o fez o diário "Folha de S. Paulo", que dedicou toda uma página à morte do Embaixador Walter Moreira Salles. Os órgãos da imprensa mineira dedicaram apenas parte de suas páginas ao Embaixador Moreira Salles, que foi um dos mineiros mais importantes na economia e na política brasileira.

Devo ressaltar que o Embaixador Walter Moreira Salles nasceu na cidade de Pouso Alegre, em 1912, tendo vivido em várias cidades da nossa região. Viveu ainda na cidade de Guaraniésia, que fica a 15km de Guaxupé. Sua família depois se radicou definitivamente em Poços de Caldas, onde o pai do Embaixador, Sr. João Moreira Salles, foi um empresário de ações as mais variadas. Então, criou uma casa bancária, em 1924, que mais tarde iria se tornar o Banco Moreira Salles, precursor do Unibanco, hoje o 4º maior Banco privado do País. Caiu do terceiro para o quarto lugar, no ano passado, quando o Banco Santander, espanhol, adquiriu em leilão o Banespa.

Gostaria de dizer que é um aspecto sentimental para nós, Deputados do Sul de Minas, referirmo-nos a Walter Moreira Salles. Na verdade, ele construiu toda a sua vida empresarial em Poços de Caldas. Depois a expandiu para todo o Brasil, por meio do Banco Moreira Salles.

Viria a demonstrar a sua vocação para a vida pública desempenhando as funções de Ministro da Fazenda do gabinete parlamentarista de Tancredo Neves e de Embaixador do Brasil nos Governos democráticos de Getúlio Vargas, em 1952, e de Juscelino Kubitschek. Quando Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República, Moreira Salles foi designado para a Superintendência da Moeda e Crédito - SUMOC -, o embrião do futuro Banco Central do Brasil. Em nossa região, o Banco Moreira Salles se instalou em várias cidades. Sinto orgulho em dizer que a nossa Muzambinho, distante 78km de Poços de Caldas, também abrigou uma agência do Banco Moreira Salles, que, futuramente, viria a transformar-se em Unibanco.

Gostaria de saber por que, no filme Central do Brasil, apoteoticamente apresentado em todo o Brasil e em todo o mundo, dirigido pelo cineasta filho de Moreira Salles, o Walthin Salles Júnior, a minha cidade, Muzambinho, foi citada por uma daquelas pessoas que pediam à atriz Fernanda Montenegro para escrever as suas cartas. Um dos personagens dizia que a carta iria para Muzambinho, em Minas Gerais. Gostaria de saber do cineasta se isso aconteceu porque ele viveu na região e qual a sua afinidade sentimental por Muzambinho. Esse é um questionamento que tenho desde que assisti ao filme Central do Brasil.

Quero ainda registrar, também com muito pesar, dentro das estatísticas de acidentes do carnaval, que diminuíram em número, mas continuam matando muita gente tragicamente pelas estradas mineiras e brasileiras, a morte de um conterrâneo, o Ten.-Cel. Oswaldo Ângelo Casagrande, recentemente reformado pela Polícia Militar de Minas Gerais. Neste momento, seu corpo está sendo velado no 8º Batalhão da Polícia Militar de Lavras, onde está sendo rezada missa de corpo presente. O Ten.-Cel. Oswaldo morreu ontem a 100km de Vila Velha, no Espírito Santo, ao lado de sua mulher, Maria Helena Lima Casagrande, que foi colega de bancos escolares de minha mulher, Adalete Nunes Carvalho, ao lado de sua filha, Lígia Lima Casagrande, de seu sogro, pequeno produtor rural na cidade de Muzambinho, Sr. Albertino Lima, e do namorado da filha, Flávio Monteiro, que residia em Lavras. Queríamos lamentar, profundamente, a morte do Ten.-Cel. Oswaldo Ângelo Casagrande, pela pessoa boníssima e policial competente e dedicado que foi. Em minha época de Prefeito Municipal em Muzambinho, de 1989 a 1992, ele comandava a 79ª Companhia da Polícia Militar como Tenente, na cidade de Guaxupé.

Queremos transmitir nossos votos de pesar à família Casagrande, que é muito numerosa na cidade de Muzambinho, à família Lima, da sua mulher Maria Helena, e a todos os que estão enlutados pela perda prematura do Ten.-Cel. Casagrande. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa e telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna, nesta tarde, para expressar um triste sentimento de meu partido com relação a tudo que vem ocorrendo com o Governador Mário Covas. A luta desse bravo companheiro contra a enfermidade é acompanhada não apenas por membros do partido, mas também por todo o País. Esse grande democrata tem dado significativas demonstrações ao partido e ao País. A coragem tem sido sua marca. É um homem extremamente sincero e corajoso.

Lembro-me, com carinho, de sua demonstração de companheirismo, em minha recente campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte, quando ele, tão experiente e importante, gravou palavras para nosso programa político, fazendo considerações tão amáveis sobre minha tenra trajetória na política.

Neste momento, todo o partido é tomado de uma tristeza e de uma grande expectativa, aguardando a recuperação de Mário Covas, pessoa tão importante para a vida democrática do País, a qual participou dos grandes debates da Nação e da criação do PSDB, seguindo um sonho parlamentarista que todos abraçamos e que ele soube tão bem demonstrar para nós, do PSDB, considerando-se uma linha de homens de grande respeito. Portanto, este é um momento de grande expectativa de que o Governador Mário Covas vença mais essa luta. Esse é o sentimento de todos do PSDB, que respeitamos tanto esse companheiro.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)\* - Deputado João Leite, nosso Líder e Líder da Minoria desta Casa, não seria outra a atuação de V. Exa., nesta tarde, senão essa, que é constante em sua trajetória brilhante.

Lembro que o PSDB mineiro e Minas Gerais estão solidários com o sofrimento por que passa o Governador paulista Mário Covas. Isso nos faz lembrar que a fatalidade vem tolher as grandes figuras da história contemporânea, justamente na época de grande crise, assim como ocorreu com o saudoso Presidente Tancredo Neves. Isso me faz lembrar que Tancredo Neves, quando eleito Presidente da República, deixou todo o Brasil angustiado, lamuriando, pelo fato de o destino ter nos tirado a esperança de um País novo na figura daquele grande estadista mineiro, que poderia recuperar o bom nome do Brasil no exterior e conduzir nossos problemas internos. Perdemos Tancredo Neves.

Agora a história se repete, não com um mineiro, mas com um paulista, um Governador que demonstrou, em toda a carreira política, uma coerência que é exemplo para todos, não apenas para nós, do PSDB.

Vimos, pela televisão, tanto os homens do Governo quanto os da Oposição, ou seja, as figuras mais exponenciais da política brasileira, pedir a Deus uma melhora para o Governador Mário Covas. Deputado João Leite, nós, mineiros, temos de manifestar dessa tribuna a nossa solidariedade com a figura desse grande homem. Que Deus dê a ele um sofrimento compatível com a sua honradez e com a sua dignidade! Em nome não somente do PSDB, peço que V. Exa fale por todos os mineiros, dessa tribuna. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Agradeço o aparte do nobre Deputado Kemil Kumaira. O Governador Mário Covas deixou-nos exemplo de resistência e de força.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)\* - Prezado Deputado João Leite, solidarizo-me não apenas com o Deputado Mário Covas, pois somos do mesmo partido, mas também com a sua família, neste momento de tamanha angústia. Em 1989, pude participar de um debate em que estava presente o então candidato à Presidência da República, Mário Covas. À época, eu não era filiado a nenhum partido, mas, a partir dessa apresentação, Covas passou a ser o meu candidato. Temos visto, em sua atividade pública, uma coerência e um senso de responsabilidade muito grandes. Neste momento tão difícil, percebemos a diferença que existe entre a decadência física e a grandeza moral. Parece que, quanto mais se debilita a sua saúde, Covas mostra mais ainda as suas qualidades morais e humanas. Temos de nos lembrar da sua família e dele próprio, que está passando por esse sofrimento, trazendo uma palavra amiga e de esperança. Sabemos que a sua família está buscando uma palavra que reanime e que dê, ainda que tênue, mais uma esperança de vida.

O Deputado João Leite\* - Muito obrigado, Deputado Mauro Lobo. Deixaremos registradas essas palavras. Oraremos, crendo que o Governador possa ainda dar uma grande demonstração, recuperando-se, pois é uma figura muito importante para a política do País. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## 215ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/3/2001

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras presentes nas galerias, hoje, ocupo esta tribuna para agradecer à equipe do jornal "Diário da Tarde", por intermédio do seu Diretor-Presidente, Paulo Cabral de Araújo, e do seu Diretor-Geral, Edison Zenóbio, pelo excelente trabalho de cobertura jornalística que vem realizando nesta Casa, e, ao mesmo tempo, parabenizá-la pelos 70 anos de publicação ininterrupta, completados no último dia 14 de fevereiro.

No início da década de 30, o paraibano Assis Chateaubriand, dono do "Diário de Pernambuco" e Presidente dos Diários Associados, fundava na Capital mineira o "Diário da Tarde". O novo veículo de comunicação que, na época, veio fazer companhia ao colega de sucesso, "Estado de Minas", fundado em 7/3/28, passou a ser conhecido como um vespertino moderno e vibrante.

A publicação, que pulou do imaginário do então secretário da redação do "Estado de Minas", Newton Prates, em pleno carnaval de 1931, para as ruas da cidade, vem, no decorrer destes 70 anos, firmando-se como uma leitura obrigatória para todos aqueles que buscam em suas páginas notícias fundamentadas em um jornalismo isento, comprometido com a verdade dos fatos.

"A Cidade em Pleno Reinado da Folia" foi o tema da manchete de sua primeira edição, que trazia, em oito páginas bem redigidas, notícias de interesse popular, área de atuação que, até os dias atuais, sob a batuta do Editor-Geral, jornalista e escritor Fábio Proença Doyle, vem merecendo prioridade nesse veículo de comunicação.

Profissional de extrema competência e seriedade, Fábio Doyle, empossado, no ano passado, na Academia Mineira de Letras, vem conseguindo imprimir um ritmo de modernidade ao "Diário da Tarde", sem deixar para trás a proposta inicial de sua criação, ou seja, defender as causas populares com limpidez, imparcialidade e coerência.

A história desse jornal mistura-se à vida do imortal Fábio Proença Doyle, incansável defensor das causas mineiras, que começou carreira como colunista político do "Estado de Minas", passando, mais tarde, para Redator-Chefe e, posteriormente, Editor-Geral do "Diário da Tarde".

Também não podemos nos esquecer das novas metas traçadas pelo Diretor Executivo, engenheiro Álvaro Teixeira da Costa, que vem usando seus nobres conhecimentos na área de cálculo, para edificar uma estrutura sólida, capaz de suportar o peso de uma nova era. Os tijolos usados nessa árdua empreitada não são feitos de argila nem água, mas de dois materiais abstratos: a inteligência e a perspicácia. A inteligência, para perceber que o "Diário da Tarde" ainda é o jornal mais vendido nas bancas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A perspicácia, para saber esperar a hora certa de lançar no mercado a proposta de assinaturas. Uma medida que, com certeza, irá agradar a todos aqueles que acompanham o jornalismo transparente e de fácil compreensão, imposto nas páginas desse renomado veículo de comunicação.

Não podemos nos esquecer ainda de todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que esse veículo de comunicação, tradicionalmente mineiro, pudesse levar aos seus leitores informações precisas em tempo real, cumprindo um importante papel social junto à população de nosso Estado. Em especial, gostaríamos de ressaltar a cobertura dinâmica realizada pelo repórter Fagundes Murta nesta Casa. Profissional que abraçou a carreira jornalística com o coração, capaz de se comover com o mais simples ato de amizade e derramar lágrimas sinceras quando, merecidamente, tem reconhecida a sua competência.

Neste momento de comemoração, Minas não pode se esquecer da grande contribuição que o "Diário da Tarde" vem dando, no decorrer destes 70 anos, para a preservação de sua memória histórico-cultural. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, legítima representante do povo mineiro, cumpre o seu papel de exaltar a importância desse fato.

Devemos inscrever nos anais do Legislativo mineiro uma mensagem de agradecimento àquele que sempre prestou inestimáveis serviços à comunidade, nas diversas áreas de interesse do leitor: cidades, política, economia, cenários nacional e internacional, polícia, cultura, comunidade, Grande BH e veículos, além de suas colunas de maior popularidade como o "Alô, Alô!", "Doações e Trocas", "Correio Sentimental", "Bitoque", entre outras. Os 70 anos bem-escritos do "Diário da Tarde" não podem passar em brancas nuvens. Obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos acompanhado pela imprensa mineira a situação por que passam os nossos produtores rurais do Norte de Minas e Jequitinhonha. Temos feito nesta tribuna inúmeros apelos às autoridades competentes dos Governos Federal e Estadual para que vissem a realidade do Norte de Minas, região onde tivemos longos períodos de estiagem, mas de um povo persistente, trabalhador e que consegue fazer uma grande bancada nesta Casa exatamente porque acredita que todos vão desenvolver ações políticas em busca da melhoria da qualidade de vida da região. E é por isso que inúmeras vezes tenho ocupado esta tribuna para tornar públicos os problemas da região que, juntamente com outros companheiros, tenho a honra de representar nesta Casa. Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outra vez aos prejuízos que o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha sofrerão na safra de grãos deste ano. Segundo levantamentos da EMATER, a estiagem de janeiro será responsável pela perda de 60 a 80% da safra de grãos. Somente em Montes Claros, os prejuízos com a colheita, segundo levantamentos da EMATER, ficarão em torno de 70%. Nos municípios assistidos pela EMATER de Montes Claros, a safra prevista de milho, em torno de 60.000t, já teve uma perda de mais de 35.000t; a safra de sorgo, prevista para quase 2.000t, sofreu uma queda de quase 800t; nas lavouras de feijão, com uma safra prevista de mais de 5.000t, as perdas superam 2.000t. A colheita antes prevista, de quase 65.000t, em 17 municípios, sofreu uma queda de quase 40.000t.

O cultivo de milho em Janaúba terá uma perda estimada em 80% da safra. Em muitas localidades o abastecimento de água já está sendo realizado com o uso de caminhões-pipas, sendo que a estiagem mal começou. A área coordenada pela EMATER de Janaúba, num total de 15 municípios, sofrerá um prejuízo em torno de 60% na colheita de sorgo para formação de silagem, de 50% no cultivo de algodão, de 60% na colheita do feijão e de 60% na safra de arroz.

Convém ressaltar, entretanto, que as regionais da EMATER de Janaúba e Montes Claros possuem projetos de manejo das bacias hidrográficas de todos os municípios da região, mas não há recursos financeiros disponíveis, e são necessários cerca de R\$20.000.000,00 para a implementação do trabalho. E, como as previsões não são boas para grande número de norte-mineiros, muitos já procuram os grandes centros em busca de emprego e do bem-estar de suas famílias, o que vai apenas agravar a situação de pobreza nas grandes cidades.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu apelo ao Governador Itamar Franco, ao Vice-Governador Newton Cardoso e a toda a equipe do Governo para que

direcionem suas ações para as regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha, pois precisamos socorrê-las. Outra reivindicação, tanto de lideranças municipais quanto de grande parte do corpo técnico da EMATER e dos nossos municípios, vem da necessidade do preenchimento dos cargos de direção desse órgão e da necessidade do Conselho Estadual da Agropecuária.

Muitas são as reclamações, pelo fato de a EMATER não ter um Presidente e uma diretoria para dar prosseguimento às ações necessárias ao fortalecimento da nossa agricultura. Fica então mais este clamor junto ao nosso Governador Itamar Franco, para que estude a viabilidade desse atendimento, juntamente com a CEDEC e a Secretaria de Agricultura. Precisamos de obras definitivas para o desenvolvimento do Norte de Minas, do Jequitinhonha e também do vale do Mucuri. Não podemos permitir que as consequências da seca continuem a fazer parte da vida daquele povo, se há mecanismos para conter essas consequências.

Quero dizer que, felizmente, nos últimos três dias, choveu na região. No entanto, as perdas já foram muito grandes, e realmente a seca trará consequências gravíssimas para os municípios do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Agradeço o aparte. Quero agradecer a sua preocupação, porque não sei como os agricultores vão pagar os pequenos empréstimos que contrairam de uma maneira temerosa, na expectativa de colherem, o que não vai ocorrer. O fato não ocorre apenas lá, mas também em todo o Estado, porque o período foi de poucas chuvas. Em muitos lugares, os pequenos agricultores estão endividados e com perda de mais ou menos 80% de suas lavouras, podendo sua situação piorar.

É preciso que os Bancos de fomento entendam a situação e procurem ter sensibilidade com o homem do campo, que tem sustentado o programa de estabilidade da moeda brasileira - o real. O homem do campo tem ajudado muito nas exportações brasileiras. A realidade é esta. Parabéns V. Exa. por trazer ao conhecimento da Assembléia e do povo a situação de penúria por que passa mais uma vez o homem do campo.

A função do produtor rural é uma das mais ingratas, porque, se, na iniciativa privada e em outras, só há um sentido de agravamento e de falência, o homem do campo tem duas. Se chover muito, perde; se não chover, também perde. Trata-se de um trabalho de duplo risco. V. Exa. trouxe essa preocupação com muita propriedade, Deputado Dimas Rodrigues.

Solicitamos aos Governos Federal e Estadual e aos Bancos de fomento que analisem a situação e vejam uma maneira de facilitar a situação para os pequenos produtores que se endividaram nesta safra.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço as palavras do Doutor Viana, grande defensor do Centro e do Norte de Minas.

Sabemos o sofrimento desse povo, porque também temos o privilégio e o orgulho de ser produtor rural. Sabemos da luta desse povo do Norte de Minas e do Jequitinhonha, onde há várias consequências da seca. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto que nos traz, nesta tarde, a esta tribuna foi amplamente divulgado por toda a mídia nacional! é a questão da situação carcerária, principalmente o episódio que ocorreu em São Paulo. É um fato de extrema relevância para a questão da segurança, que nos demonstrou a fragilidade do sistema carcerário em nosso País.

Podemos dizer que, até então, guardadas as devidas proporções, temos o controle da situação. Mas não podemos ficar de braços cruzados, pensando que as coisas só ocorrem em outros Estados e países. Já tivemos aqui resgate de presos, recentemente. Tivemos resgate de presos que haviam feito rebelião na Penitenciária Nelson Hungria e foram transferidos para a Penitenciária José Maria de Alkimin, a chamada PAN, em Ribeirão das Neves. O preso Júlio César Dias Cordeiro, um dos líderes daquele movimento na Penitenciária Nelson Hungria, sabia da fragilidade do nosso sistema carcerário com relação à Penitenciária José Maria de Alkimin. Certamente, ele escolheu um lugar melhor para a sua fuga.

Felizmente, demos uma resposta imediata do aparelho policial, em especial da Polícia Militar da cidade de Contagem, onde esse preso foi recapturado e para onde foi reconduzido. É um preso de altíssima periculosidade, que, na verdade, não poderia estar naquele presídio, mas deveria ter permanecido na Penitenciária Nelson Hungria, a chamada penitenciária de segurança máxima.

Todos assistimos assustados ao que ocorreu nas rebeliões de São Paulo. Foram rebeliões sincronizadas, em que os presos tinham total controle da situação. Isso expôs a fragilidade do sistema carcerário daquele Estado.

Temos aqui uma matéria da "Folha de S. Paulo", do dia 5 de março. É uma matéria interessante, que discorre sobre as penas alternativas, que muito pouco são aplicadas em nosso País. Em São Paulo, cerca de 13% dos presos que estão cumprindo pena poderiam ser beneficiados com as penas alternativas. Que penas seriam essas? Para quais crimes? Certamente, para aqueles crimes em que não há o emprego da violência e da ameaça. A Lei nº 9.714, editada em 1998, prevê que o preso que cumpre pena de até quatro anos de prisão, caso não haja grave ameaça ou violência contra pessoa, pode ser beneficiado com essas penas.

Minas Gerais não é exceção. Temos certeza de que, se não em 13%, pelo menos próximo disso, poderíamos estar aplicando, cada vez mais, essas penas alternativas, fazendo o que já deveria estar sendo feito há muito tempo. A situação vem ficando mais grave em nosso Estado. Para podermos falar com um pouco de precisão sobre o assunto, temos hoje, em Belo Horizonte, duas delegacias que são como um barril de pólvora. Precisamos fazer com que o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Poder Executivo estejam de mãos dadas para solucionar esse problema de uma vez por todas, para que a população do nosso Estado não fique se preocupando a todo momento se o preso vai fugir, se vai aumentar a insegurança, se isso trará reflexos imediatos ou não.

Precisamos agir o mais rápido possível, para que rebeliões como a de São Paulo não ocorram em nosso Estado e para que os organismos de segurança pública, a Polícia Militar e a Civil e a Secretaria do Interior e Justiça, possam dar resposta imediata à nossa população.

Estive na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes há cerca de 20 dias, onde existem sete celas na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, com a capacidade para dez presos cada uma. Mas, infelizmente, conversando com o Delegado titular, Dr. Alexandre, pudemos constatar que temos população carcerária três vezes maior que a permitida por lei e da que oferece condições de cumprimento de pena e de garantia de integridade física e da vida do policial que faz a vigilância dos presos. Dez celas, com capacidade para 70 presos, hoje abrigam 215 presos, embolados. E, consultando um pouco mais o Chefe da Divisão, constatamos que, desses 215 presos, 95 estão aguardando a tramitação do processo na Justiça, podendo ficar ali, enquanto 115 presos já deveriam estar nas penitenciárias.

Por isso, a população dos Bairros Nova Gameleira, Gameleira, Vila Oeste, Salgado Filho, Nova Cintra e Nova Suíça tem muito que se preocupar com a segurança. Se, na Divisão de Tóxicos, dos 215 presos, 115 deveriam estar cumprindo sua pena, precisamos fazer um mutirão e cumprir, de fato, o que estabelece a Lei nº 9.714. E, mais do que isso, deveríamos propor experiências novas, com criatividade, como ocorre na cidade de Iturama. Estive em contato com seu Promotor, Gilberto Osório, representante do Ministério Público, que, junto à sociedade civil organizada e através do Conselho Comunitário de Segurança Pública, está revertendo penas de multa. A verba obtida com as multas está sendo dirigida diretamente ao Conselho Comunitário de Segurança Pública, para que a comunidade, junto ao Ministério Público, aos representantes da segurança pública e à OAB, possa destiná-la diretamente à segurança pública.

Este é o momento para que o Governo Federal deixe de tanta demagogia, porque democracia com demagogia acaba virando anarquia. Foi exatamente o que aconteceu em São Paulo. Todos assistimos perplexos à rebelião. Queremos falar do Plano Nacional de Segurança Pública, já tão divulgado pelo Governo Federal. Precisa sair, de fato, do papel e ser colocado em prática. O Presidente Fernando Henrique precisa sair do marasmo e dessa demagogia, implantando, de uma vez por todas, esse plano, porque o que aconteceu em São Paulo pode acontecer em outros Estados, como o Rio de Janeiro, que tem alto índice de violência.

Minas Gerais também não está em diferente situação. A polícia tem o controle, mas precisamos que o Plano Nacional seja colocado em prática. O povo não agüenta mais: está

cansado de ouvir o anúncio de planos e metas, enquanto na prática nada acontece. Nós, Deputados Estaduais, precisamos cobrar o cumprimento desse plano, assim como fizemos na questão do IDH 14, quando, junto ao Deputado Márcio Kangussu e demais parlamentares, fomos a Brasília cobrar que Minas Gerais não ficasse fora desse plano e, com a vontade política de nossos Senadores e Deputados Federais, tivemos a felicidade de ver o Plano Alvorada ser anunciado e colocado em andamento pelo Governo Federal.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Agradeço o aparte e parabeno-o por trazer essa importante informação. Minas Gerais tem de trabalhar na área da prevenção. São Paulo alertou não apenas o nosso País, mas também o mundo inteiro para essa questão da organização do crime até mesmo nas prisões. Isso é extremamente perigoso. Sugiro que sejam construídas cadeias menores com as verbas do Governo Federal destinadas a melhorar a segurança nacional e que se busque a terceirização. Nos países do Primeiro Mundo, a terceirização das cadeias funciona muito bem. Isso custará menos para o Estado. O custo de um preso é muito alto. Todos nós pagamos por isso, e não há segurança nas cadeias. A iniciativa privada poderá desempenhar esse papel com maior competência e segurança, gastando-se menos do nosso dinheiro e do Estado. Assim, poderemos prender também os ricos que estão roubando e desviando verbas para o exterior, empobrecendo o nosso País. Eles estão desviando o dinheiro para os paraísos fiscais, enganando o Imposto de Renda. Apenas as classes média e pobre são cobradas. É preciso reprimir os ricos também. A prisão está na mente. Se uma pessoa ficar em casa sem poder sair, estará presa e não terá tranquilidade. V. Exa. também defende o policiamento das ruas. Parabéns. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte do Deputado Doutor Viana. Concordamos plenamente com as suas palavras. Muitas vezes somos abordados pelas pessoas, principalmente em nossos redutos eleitorais. Parece-me que ainda não se tocou nesse assunto nesta Casa. Assistimos, em nosso cenário político, à corrupção e aos desvios. Há cidadãos presos que cometeram crimes de menor relevância e prejuízo para a humanidade. Há desvios de milhões de reais que serviriam para matar a fome das pessoas que necessitam de um amparo por parte do Estado. Lamentamos essa baixaria e essa falta de caráter. O Deputado Hely Tarquínio lembrou-nos do Governador Mário Covas, que foi uma pessoa de bem e honesta. Todos os jornais lhe fazem essa mesma referência. Associamo-nos a essa homenagem ao Mário Covas.

Poderíamos nos espelhar no seu exemplo para que fosse dado um fim à bandalheira que presenciamos no Senado e para que o Governo Federal consentisse no prosseguimento dos trabalhos da CPI para apurar desvios do Senador Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho ou do Sr. Eduardo Jorge, ex-Secretário Geral da Presidência. O Brasil precisa fazer o que foi feito na Itália, com a chamada operação "mãos limpas", e o maior exemplo deveria partir do Presidente da República, de Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores. Esse seria o grande exemplo e a homenagem que nosso povo poderia prestar ao ex-Governador Mário Covas, já que todos nutriam grande respeito pelo seu passado, seu caráter e honradez. Que aqui fizéssemos a operação "mãos limpas", passando o Brasil a limpo, para que nós, Deputados, púdessemos transitar tranquilamente pelas ruas sendo abordados pelos cidadãos, o que infelizmente não acontece.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos nos trazem à tribuna. O primeiro refere-se ao passamento do ilustre democrata ex-Governador de São Paulo Prof. Mário Covas, que participou do PMDB. Com ele participei de diversas reuniões, em nível nacional, juntamente com Franco Montoro, Almino Afonso e outros defensores do parlamentarismo, da democracia, dos cuidados com a coisa pública, numa filosofia de trabalho voltada para o social. Nesta tarde, quando deve estar sendo feito o sepultamento do Governador Mário Covas, na cidade de Santos, declaramos nossa tristeza pelo passamento dessa ilustre figura da democracia brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na região do Triângulo temos uma malha viária razoável, não diria de todo boa. Razoável no seu traçado mesmo porque existem cidades que ainda não são interligadas pelo asfalto, pelas rodovias, em níveis estadual e federal; temos malha viária em nível estadual necessitando, há anos, de reparo. Desde 1987, quando do nosso primeiro mandato, procuramos resolver alguns problemas, havendo conseguido o asfaltamento e o recapamento de algumas rodovias. Mas as chuvas e o tráfego intenso, nessas rodovias, deterioraram as estradas, havendo hoje estradas que, se não forem recapeadas, nas próximas chuvas voltarão a ser estradas de terra, com poeira na seca e lama na época de chuva. Assim sendo, trago à apreciação deste Plenário alguns requerimentos que dirigi às autoridades responsáveis da área, como Deputado representante da região do Triângulo. Tenho a absoluta convicção de que o Governador Itamar Franco vai determinar, agora, quando já acertou as finanças do Estado, que coloquem em ordem as estradas do Estado, principalmente as do Triângulo.

- Lê requerimento em que solicita seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação com vistas a que não seja exigida a conclusão do 1º grau, hoje ensino fundamental, para os atuais servidores contratados que venham a se submeter ao concurso público para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (serviçais), cuja justificação é a seguinte.

"Nosso requerimento encontra embasamento no fato de que inúmeros servidores não concursados que ocupam o cargo de Auxiliares de Serviços Gerais - serviçais -, que prestam serviços há muitos anos em entidades variadas da estrutura estatal, não contam, em seus currículos, a conclusão do antigo 1º grau, hoje ensino fundamental. Sendo assim, nossa preocupação volta-se para a necessidade de que seja dada aos atuais servidores não concursados a oportunidade de se considerar, para efeito de concurso público, os méritos adquiridos pelos dedicados trabalhos prestados ao Estado. Por essas razões, solicitamos a aprovação do presente requerimento."

- Lê requerimento em que solicita seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação com vistas a que seja considerado o tempo de serviços prestados pelos servidores dos quadros funcionais do Estado, para efeito de classificação em concurso público estadual, cuja justificação é a seguinte.

"Após anos sem a realização de concurso público, verifica-se que a estrutura estatal se encontra tomada por funcionários contratados que, em época de admissão, não se submeteram a processos seletivos, por não haver, por parte do Estado, interesse em contratações oriundas de concursos públicos. É óbvio que todos os funcionários contratados desejam a efetivação junto aos quadros funcionais do Estado e só não a alcançam em virtude da não-existência desse processo seletivo. Agora, em via de realização de concurso público estadual para preenchimento de muitas vagas, nada mais justo do que considerar o tempo dedicado às mais variadas atividades junto a tão complexa estrutura estatal, para fins de classificação e aprovação. O tempo de serviços prestados ao Estado por esses dedicados funcionários deve, inquestionavelmente, ser considerado com o objetivo de fazer com que permaneçam dotando de qualidade os serviços oferecidos a toda a população."

O Deputado Dimas Rodrigues - Deputado Geraldo Rezende, quero cumprimentar V. Exa. pelo excelente trabalho que presta a esta Casa, ao nosso Estado e principalmente ao Triângulo Mineiro. Gostaria de avaliar suas palavras no que diz respeito ao funcionalismo público. Conhecemos diversos pretendentes, pessoas que atualmente são serviçais e que muitas vezes não têm o 1º grau. Essas pessoas não tiveram a oportunidade de estudar. Por isso, queremos solicitar ao Secretário Murílio Hingel que reveja as normas desse concurso e do estatuto. Existem pessoas capacitadas que não tiveram a oportunidade de estudar e que, por isso, não poderão participar do concurso. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Também gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, colocando, de antemão, o meu posicionamento favorável aos requerimentos lidos por V. Exa. relativos ao funcionalismo público; são mais do que justos e certamente contarão com o apoio da totalidade da Assembléia Legislativa. Gostaria também de lembrar que aprovamos, recentemente, requerimento de minha autoria que, precisando da assinatura de 1/3 dos Deputados, contou com a anuência de quase todos - aliás, de todos os que estavam em Plenário - e, portanto, já foi aprovado pela Mesa. Nesse requerimento, solicitamos a presença do Secretário Murílio Hingel na Assembléia Legislativa, para conosco discutir sobre esse problema dos critérios para o concurso público e para a contratação neste ano. Isso porque muitos professores e auxiliares de serviço, alguns há 15 ou 20 anos no exercício do magistério, já nos procuraram dizendo que neste ano ficaram sem vaga, em função da mudança de critério. Alguns sequer poderão prestar o concurso, e também não sabem se no concurso o tempo será contado. Então, acho que a discussão sobre o critério deveria ser mais ampla, envolvendo o sindicato e a Assembléia Legislativa, além do Secretário.

Para terminar, quero lembrar que, no ano passado, o Governador Itamar Franco e o Secretário Murílio Hingel haviam garantido que, além do concurso público, fariam, por meio de lei delegada, o plano de carreira da área do magistério, e isso não foi feito, embora a Secretaria da Educação, juntamente com o sindicato, tenha elaborado uma minuta do plano de carreira, que foi entregue ao Governador. Então, aproveitaríamos a oportunidade da vinda do Secretário - e solicito à Mesa da Assembléia que agilize o contato com o Secretário Murílio Hingel - para discutirmos o plano de carreira, o concurso público e suas regras, além do concurso para auxiliar de serviço. E acho que a aprovação do requerimento reforça a necessidade da vinda do Secretário a esta Casa.

O Deputado Geraldo Rezende - Antes de conceder aparte ao Deputado Paulo Piau, gostaria de ler alguns requerimentos que julgo de suma importância com relação às rodovias. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais e ao Diretor-Geral do DER-MG no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para agilização das obras de pavimentação do trecho da Rodovia MG-223 que liga o Município de Tupaciguara ao de



Araguari".

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais e ao Diretor-Geral do DER-MG no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para agilização das obras de recapeamento do trecho da Rodovia MG-255 que liga o Município de Frutal ao de Iturama". Como havíamos comentado, a estrada está acabando; está virando estrada de terra. Então, fazemos esse apelo ao Governador, na certeza de que seremos atendidos. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais e ao Diretor-Geral do DER-MG no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para agilização das obras de pavimentação do trecho da Rodovia MG-226 que liga o Município de Capinópolis ao de Canápolis". Ressalto que, para a conclusão dessa rodovia, faltam apenas 10km.

Então, faço esse apelo aos meus pares, para que aprovelem os requerimentos aqui apresentados.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) \* - Agradeço o aparte ao Deputado Geraldo Rezende, a quem quero parabenizar pela preocupação demonstrada em todos os seus requerimentos, com os quais concordamos. Com relação ao transporte rodoviário no Triângulo Mineiro e em várias estradas de outras regiões do Estado, gostaria de dizer, ainda, que estamos perdendo indústrias ou elas estão deixando de vir para o Estado em função de problemas de tráfego, de transporte, com o encarecimento do frete. Portanto, mais uma vez quero parabenizá-lo por essa preocupação e por esses requerimentos.

Também gostaria de dizer que o Triângulo Mineiro, de maneira especial, está clamando, e a situação é grave.

Portanto, o DER deveria fazer avaliação mais profunda, porque quando acordar e quiser recuperar aquelas estradas precisará fazer tudo outra vez. O custo será muito maior. Ai está o desperdício do dinheiro público.

Quero estar ao lado de V. Exa. nessa cruzada, muito importante para Minas Gerais, principalmente para o nosso Triângulo Mineiro. Faço uma reclamação a respeito da concorrência desleal de V. Exa., porque o requerimento, normalmente, é instrumento utilizado por nós, da Bancada do PFL. Obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Agradeço o aparte e encerro as minhas palavras. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. e Sras. Deputadas, para tratar desse assunto já ocupamos esta tribuna anteriormente. Queremos dar ciência a esta Casa, a Minas Gerais e ao Brasil, de um movimento originado nas Associações Comerciais de Minas Gerais e de Pirapora. De um dos momentos de maior lucidez que um ser humano pode ter, foi dotado o Presidente da ACM, Artur Lopes Filho, piraporense, barranqueiro, que, assim como este orador, é apaixonado pelo rio São Francisco: teve a idéia de que o rio São Francisco fosse reconhecido pela UNESCO como paisagem cultural da humanidade.

Ocupamos esta tribuna anteriormente para falar de uma primeira reunião que aconteceu na minha querida Pirapora. Hoje ocupamos a tribuna para dizer que, sexta-feira da semana passada, dia 2, aconteceu em Pirapora a segunda reunião. Na oportunidade, todos os segmentos da sociedade piraporense se irmanaram em torno desse filho ilustre, Artur Lopes Filho, o Arturzinho, como é conhecido por nós, que desfrutamos da sua amizade mais íntima. Pudemos participar dessa reunião e toda a comunidade piraporense pode aliar-se, porque temos a certeza absoluta de que as pessoas que o assessoram são capacitadas para tal. Ligado ao Artur temos o Luís Américo, aquele que mais trabalhou no movimento capitaneado pela Prefeitura de Diamantina, quando se viu reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade. Quem assessora o Artur Lopes, quem assessora esse movimento, é justamente o Luís Américo.

Por falar em Luís Américo, aproveitamos este pronunciamento para dizer que a nossa Diamantina, a Diamantina dos diamantinenses, dos mineiros, do Brasil, a Diamantina reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, comemora nesta semana o seu aniversário, que aconteceu ontem.

Voltando ao rio São Francisco, paisagem cultural da humanidade, vou fazer minhas as palavras de Artur Lopes Filho, porque o ex-Prefeito de Diamantina, Dr. João, conclamou os diamantinenses, os mineiros e os brasileiros para que se irmanassem naquele movimento para tornar Diamantina reconhecida como patrimônio histórico cultural da humanidade, e hoje o Presidente da ACM faz esse convite aos piraporenses e ao povo de Minas, para que se engajem e trabalhem para que a UNESCO reconheça o São Francisco como paisagem cultural da humanidade.

São estas as palavras e este é o convite do Arthur Lopes Filho. (- Lê:)

"Aqueles que têm o privilégio de nascer em cidades banhadas por um rio de altivo porte carregam um diferencial de alegria de vida e de respeito pelas águas. Mas aqueles que tiveram o privilégio de nascer bem quase nas margens do rio São Francisco e, ainda por cima, em Pirapora, como eu, carregam a alegria de saber que todos sempre espiam a curva do rio esperando a esperança sem perder a coragem. A coragem de ter a sempre renovada esperança de que o rio ficará cada dia mais belo.

É sem nenhum pudor que ousou iniciar essa campanha de sensibilizar o Brasil e o mundo para reconhecerem no meu altivo rio uma paisagem cultural da humanidade.

É sem nenhum pudor que ousou iniciar essa campanha de sensibilizar o Brasil e o mundo para reconhecerem o velho Chico como um rio de paisagem cultural da humanidade.

No longínquo ano de 1501, o navegador Américo Vespúcio encontrou a foz do soberbo rio e deu-lhe o nome de São Francisco, em homenagem ao santo de Assis. Hoje, no terceiro milênio, no ano 2001, após 500 anos de intervenções e agressões, quando a água doce se torna riqueza cada vez mais disputada e cobiçada pelas nações da Terra, é fundamental para os brasileiros e para a humanidade a preservação do rio São Francisco. Se a gênese de mais de 70% de suas águas ocorre em território mineiro, essas águas escorrem generosamente também pelas terras da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas. Águas que fizeram a integração do Sudeste com o Nordeste do Brasil. Primeiro, veio o gado vacum, lentamente tangido desde a sua foz, criando fazendas e currais que deram origem a outras cidades. Por seus afluentes desceram os bandeirantes, desvendando o desconhecido, encontrando riquezas e fundando cidades em batalhas de vida e de morte. E no tempo depois, quando já havia as cidades, os vapores "gaiolas" transportavam cargas, gentes e notícias de lutas e paixões. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando o inimigo torpedeava os nossos navios mercantes no litoral costeiro, intensa e necessária foi a navegação pelo rio, inclusive de tropas que demandavam o Nordeste ou que voltavam para o Sudeste. Se hoje a navegação é tímida, em futuro muito próximo, pelas nossas ações, poderemos torná-la intensa e rentável.

Há por todo o rio, inclusive por seus afluentes, belíssimas paisagens naturais, desde Casca d'Anta, queda de 200m, passando pela corredeira de Pirapora, pela cachoeira de Paulo Afonso, pelo estuário de sua foz. De suas criações pelo homem, passando pelas cidades coloniais, pela Ponte Marechal Hermes em Pirapora, pelos casarios de Januária, Lapa, Juazeiro, Penedo.

Há muito o que percorrer. Há muito o que trabalhar. Junte-se a nós, há necessidade do esforço de todos, há espaço para todos os bons brasileiros".

Por meio dessas palavras, Arthur Lopes Filho, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, nos convida para que façamos parte dessa corrente, trabalhando no sentido de que a UNESCO reconheça o nosso rio São Francisco como paisagem cultural da humanidade.

Comemoraremos em 4 de outubro os 500 anos de descobrimento do rio São Francisco. Apresentamos um projeto de lei que, com certeza, por meio do reconhecimento e aprovação dos nossos pares, será transformado em lei. É nossa intenção criar a Medalha dos 500 Anos de Descobrimto do Rio São Francisco, a ser cunhada em única edição, a fim de

presentear as pessoas que trabalham em favor do rio.

Também, já fazendo o dever de casa, já participando desse movimento que o rio São Francisco merece e acreditando na capacidade de todos aqueles que assessoram Arthur Lopes Filho, em especial, o jornalista Américo Antunes, temos a certeza de que a UNESCO irá reconhecer o rio São Francisco como paisagem cultural da humanidade. Nesse sentido, também apresentamos um projeto de lei para que esta Casa reconheça o trecho do rio São Francisco no território do Estado de Minas Gerais como patrimônio paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais.

Fica, então, por meio da nossa fala, da nossa voz, o convite, em nome de Arthur Lopes Filho, em nome dos barranqueiros, em especial dos barranqueiros da cidade de Pirapora.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte)\* - Nobre Deputado Wanderley Ávila, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de trazer para esta Casa a avaliação e a preservação dos valores do rio São Francisco e dizer da importância desse rio para o nosso País e para o Estado de Minas. V. Exa. está de parabéns. O rio São Francisco é um patrimônio que deve ser preservado. Tudo que ele oferece de bom deve ser levantado, como a navegação, o turismo, etc. V. Exa. está de parabéns em trazer tema tão importante para esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos as palavras do Deputado João Pinto Ribeiro, que, com certeza, enriqueceu o nosso pronunciamento. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, amanhã, quinta-feira, numa iniciativa da bancada de Deputados da área da saúde desta Casa, e aproveitando o início dos trabalhos da Comissão de Saúde, da qual faço parte, vamos iniciar um movimento forte para procurarmos os espaços para participarmos da programação, e do planejamento das ações de saúde no Estado de Minas Gerais.

Sabemos que a responsabilidade pela saúde pública em Minas é do Governo Itamar Franco, na pessoa do Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício. Entendemos que, numa discussão com a presença da Assembléia Legislativa como um todo, representada pela Comissão e com o apoio dos médicos, poderemos avançar muito na questão da saúde pública, principalmente na democratização das ações de saúde no Estado. Essa ação é importante por vários motivos, mas o fundamental é que estamos sentindo que a saúde no Estado, principalmente nos últimos meses, tem enfrentado dificuldades muito grandes.

O Secretário da Saúde, Gen. Patrício, tem feito o possível para controlar e tem em suas mãos o controle da saúde pública em Minas Gerais. Infelizmente, por nosso azar, da população, estamos enfrentando graves epidemias que têm tirado o sono, a tranquilidade e a saúde do povo de Minas Gerais. A última delas, um surto de febre amarela, já causou a morte de 12 pessoas.

Por isso, neste momento, queremos nos inserir nessa programação dando as mãos ao Secretário. Fazemos um reconhecimento de público do esforço que a Secretaria tem feito para trazer a tranquilidade e controlar essa epidemia, que pode ter proporções muito graves se não houver um controle imediato. É importante que a Comissão de Saúde e os parlamentares deixemos de ser meros espectadores, cobradores de ações e passemos também a dar a nossa contribuição, que é fundamental. Não é somente neste momento de emergência que estamos enfrentando que sentimos as dificuldades na saúde pública.

Recentemente, denunciei desta mesma tribuna, e, infelizmente, não houve uma maior repercussão, o falecimento de 12 pessoas com doença de Chagas na fase aguda. É comum ver, na região norte-mineira e no Noroeste de Minas, pessoas de 60 anos falecerem pela doença de Chagas contraída há cerca de 40 anos e outras portadoras de marcapasso, com problemas intestinais e de esôfago. Mas é um absurdo, em pleno século XXI, 12 pessoas jovens morrerem, em Verdelandia, na fase aguda da doença de Chagas.

Quando se fala disso, parece que estamos citando alguma estatística de países da África e subdesenvolvidos. Somos também do Terceiro Mundo, mas é absurdo essas pessoas terem morrido em Minas Gerais.

Estamos vendo não apenas epidemias, mas também endemias que matam as pessoas. Milhares de brasileiros e mineiros estão morrendo de tuberculose, doença que, para os leigos e as pessoas que têm maior poder aquisitivo, já deveria estar extinta. A hanseníase, a lepra, está também em nosso meio. Tudo isso são indicadores de dificuldades sócio-econômicas da nossa gente.

Não queremos subir a esta tribuna do Plenário ou da Comissão de Saúde apenas para denunciar o que está acontecendo, cobrar providências ou ações. Em alguns momentos, a Casa tem que deixar a retórica para apresentar resultados práticos e duradouros.

É importante estimular o Programa de Saúde da Família, que é o maior e melhor programa já lançado no País nos últimos anos, talvez em toda a sua história. Temos dados estatísticos. Em cidades como Manga, de 25.000 habitantes, que possui cinco Programas de Saúde da Família, dando uma cobertura de 100% a sua população, a idéia é vitoriosa. É necessário que o Governo do Estado possa dar respaldo a esses Prefeitos que verdadeiramente trabalham e a esses programas que trazem resultados importantes.

Sr. Presidente, a primeira parte do meu pronunciamento fica resumida nos nossos apoiantes às ações de saúde do Sr. Secretário de Estado e também na obrigação de a Comissão de Saúde, os médicos parlamentares, participarem mais ativamente das ações de saúde pública do nosso Estado.

Outro assunto que quero abordar rapidamente refere-se à presença do Governo Itamar Franco no Norte de Minas. Nos últimos 30 dias, o Sr. Secretário de Turismo Manoel Costa esteve em Montes Claros, em Januária, em Joaquim Felício, fazendo o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR, que tem o objetivo de levar benefícios inestimáveis e importantes à região do Jequitinhonha, do Norte de Minas e da área mineira da SUDENE. O PRODETUR, no passado, que queremos esquecer, trouxe uma esperança muito grande. Mas, por ineficiência do Governo do Estado, por falta de interesse do Governo do Estado, o PRODETUR I, que levaria R\$86.000.000,00 para a nossa região, não se instalou. Não tivemos a chance e a felicidade de acesso a esses recursos, que foram para o Estado da Bahia.

Nos últimos dois anos, lançou-se a semente do PRODETUR II, que já está vigorando no Nordeste brasileiro. Agora, a Secretaria, baseada na experiência negativa do passado, na pessoa do Sr. Secretário Manoel Costa, está procurando, de todas as formas, habilitar a área mineira da SUDENE para ter acesso a US\$110.000.000,00. São recursos suficientes para promover o saneamento das nossas cidades; são recursos suficientes para levar adiante a programação de instalar quatro circuitos. O primeiro é o Circuito do São Francisco, que vai de Pirapora até a cidade de Manga, que, certamente, vai trazer um benefício inestimável às cidades ribeirinhas do São Francisco. O segundo circuito é o de Montes Claros, que vai abranger a cidade de Grão-Mogol, cidades históricas, cidades importantes, que têm um potencial turístico muito grande. O terceiro circuito é o do Jequitinhonha, que terá início em Diamantina e irá até o baixo Jequitinhonha. O quarto circuito é o Circuito da Serra do Cabral.

Tivemos a oportunidade, nesta semana, de contar com a participação dos Deputados João Batista de Oliveira, Arlen Santiago e Márcio Cunha. Vimos renascerem as esperanças de que os recursos cheguem a essas regiões.

Como Deputado Estadual da região, sinto que, desta vez, o PRODETUR pode decolar. Há interesse do Governo, há um interesse particular do Secretário Manoel Costa. Vamos cobrar diuturnamente. Quantas vezes forem necessárias iremos a Brasília, já que são recursos do Governo Federal financiados pelo Banco do Nordeste e gerenciados pelo Governo de Minas, mostrar que não vamos mais dormir no ponto, que não vamos mais perder recursos e dinheiro para os Estados nordestinos, principalmente a Bahia e o Ceará, como aconteceu no passado.

Queremos mostrar que é importante encarar o turismo do Norte de Minas como atividade não amadora, apenas destinada a incentivar visitas a sítios históricos e a lugares com beleza natural, mas principalmente como atividade orientada para a promoção de verdadeira revolução na infra-estrutura das cidades, preparando-as para disputar mercado, proporcionando empregos e riqueza para sua população.

Agradeço ao Presidente e informo que faremos acontecer nesta Casa uma audiência pública, com a presença de representantes de todas as cidades desses quatro circuitos, para mostrarmos o que temos de belo e cobrarmos nossos direitos, ou seja, nossos recursos, que, a cada dia que passa, mais perdemos para os Estados nordestinos. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/3/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.763, de 1999, 1.987, 1.991, 1.998, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 10/3/2001, que nomeou Godofredo José Caldeira Reis do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Luis Antônio Rezende Caldeira Reis para o cargo Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Enéas Cambraia de Avelar do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Edmara Gomes Teixeira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Carmem Lucia Martins Soares para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Edmara Gomes Teixeira para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado João Batista De Oliveira

nomeando Iolanda Maria Sapucaia de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Maria Olívia

exonerando Valéria Queiroga Viotti do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Elenice Helena B. de Araujo do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Elenice Helena B. de Araujo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando João da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rodrigo Corrêa de Sá para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Maria Sueli Calais Guerra do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio;

nomeando Valéria Queiroga Viotti para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2001

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2001

Data de julgamento: 12/3/2001.

Objeto: aquisição de dois computadores de médio porte.

Licitante vencedora: Complex Sistemas e Consultoria Ltda.

Belo Horizonte, 12 de março de 2001.

Leonardo Claudino Graça Boechat, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

## ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.410/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/3/2001, na pág. 18, col. 1, na Emenda nº 2, onde se lê:

"recrutamento limitado", leia-se:

"recrutamento amplo".